



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVIII – Nº 022 – QUARTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador JOSÉ SARNEY – PMDB-AP

1º Vice-Presidente

Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA – PFL-PE

2º Vice-Presidente

Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – PSDB-TO

1º Secretário

Deputado GEDDEL VIEIRA LIMA – PMDB-BA

2º Secretário

Senador ALBERTO SILVA – PMDB-PI

3º Secretário

Deputado NILTON CAPIXABA – PTB-RR

4º Secretário

Senador SÉRGIO ZAMBIASI – PTB-RS

CONGRESSO NACIONAL

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 22ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 25 DE NOVEMBRO DE 2003

1.1 – Abertura

1.2 – Finalidade da Sessão

Destinada a comemorar o Dia Internacional
pela Eliminação da Violência Contra a Mulher. 02850

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador
Eduardo Siqueira Campos) 02850

1.2.2 – Oradores

Senadora Serys Slhessarenko 02852

Deputada Laura Carneiro 02854

Senadora Patrícia Saboya Gomes 02855

Deputada Iara Bernardi 02857

Senadora Ideli Salvatti 02859

A Sra. Presidenta (Deputada Iara Bernardi)

Deputada Perpétua Almeida 02860

Senadora Ana Júlia Carepa 02861

Deputada Sandra Rosado 02862

Senadora Fátima Cleide 02864

Deputada Suely Campos 02866

Deputada Janete Capiberibe 02868

Senador Augusto Botelho 02869

Deputada Maria do Rosário 02870

Deputada Maria Helena 02871

Deputada Dra. Clair 02871

Senador João Capiberibe 02872

Senador Eduardo Siqueira Campos (Art.
203, RISF) 02873

1.3 – Encerramento

2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

3 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

5 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 22ª Sessão Conjunta (Solene), em 25 de novembro de 2003

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

Presidência do Sr. Eduardo Siqueira Campos, e das Sras. Serys Slhessarenko, Iara Bernardi, Fátima Cleide e Janete Capiberibe.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 15 minutos, no Plenário do Senado Federal)

Compõem a Mesa: O 2º Vice-Presidente do Congresso Nacional, no exercício da Presidência, Senador Eduardo Siqueira Campos, e a sua direita o Senador Romeu Tuma, 1º Secretário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Convido para compor a Mesa a Sra. Jean Augustine, Ministra de Estado do Multiculturalismo e Questão da Mulher do Canadá. *(Palmas.)*

Convido todos para ouvirem, de pé, o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sras. e Srs. Congressistas, o Coral do Senado Federal cantará a música *Eu sei que vou te amar*, de Vinícius de Moraes.

(É executada a música Eu sei que vou te amar. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Sras. e Srs. Parlamentares, em 1999, as Nações Unidas designaram oficialmente o dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Antes dessa indicação da ONU, o dia 25 de novembro já era vivido pelo Movimento Internacional de Mulheres. A data está relacionada com a homenagem a Maria Tereza, Patrícia e Minerva Mirabal, presas, torturadas e assassinadas em 1960, a mando do ditador da República Dominicana, Rafael Trujillo.

Esta Presidência associa-se às homenagens que serão prestadas por todas as oradoras.

Neste dia em que estamos comemorando o Dia Internacional da NãoViolência contra a Mulher, todos os cidadãos que defendem a democracia, a liberdade, a justiça e os direitos humanos têm a obrigação de se engajar efetivamente no combate contra esse

tipo de crime, que vem aumentando assustadoramente em nosso País.

Lamentavelmente, todos os dias, milhares de mulheres em todo o Brasil, independentemente de classe social, de idade, de cor, de raça e de credo são humilhadas, ameaçadas, golpeadas, espancadas, sofrem abusos sexuais, são mutiladas, ou simplesmente assassinadas, quase sempre dentro de suas próprias casas, pelo próprio marido, pelo companheiro, pelo namorado, ou por algozes com quem mantiveram algum tipo de relacionamento amoroso.

Inegavelmente, a violência crescente contra a mulher virou um acontecimento corriqueiro na vida social brasileira. Ela chega a ser estarecedora nos lares, aliás, local onde ocorre o maior número de atentados sexuais contra crianças indefesas, e onde as donas de casa são brutalmente surradas e cumprem todos os dias uma estafante jornada de trabalho. As que trabalham fora de casa para complementar a renda familiar ou para sustentar a família, como é hoje o caso de milhões de brasileiras, quando chegam em casa, tarde da noite, estafadas, têm ainda de cumprir a segunda jornada de trabalho, que termina pela madrugada.

Segundo dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para a América Latina, em nosso continente a violência contra as mulheres revela números que impressionam e que envergonham. Por exemplo, mais de 33% das mulheres entre 16 e 49 anos de idade sofrem algum tipo de abuso sexual. Além disso, mais da metade das mulheres sofrem agressões graves e são insultadas.

No Brasil, segundo levantamento feito há poucos meses pela Fundação Perseu Abramo, 43% das mulheres brasileiras afirmaram que já foram vítimas de algum tipo de violência, e uma em cada cinco se queixou de agressão praticada por seus parceiros.

No ano passado, só no Estado de São Paulo, foram registradas cerca de 60 mil queixas de lesões corporais, mais de 2 mil de maus-tratos, 37 mil ameaças diversas, cerca de 2 mil estupros e mais de 600

tentativas. Diante desse quadro aterrador de flagrante desrespeito aos direitos mais elementares das pessoas, os autores desses crimes zombam da Justiça, porque contam com a certeza da impunidade. Convém destacar que, por causa dessas agressões físicas, menos de mil autores responderam pelos seus crimes e foram presos. Com esse resultado, devemos considerar que os criminosos não pensarão 2 vezes em aumentar a frequência de seus ataques e torná-los cada vez mais ferozes.

Os dados analisados nos indicam claramente que mais de 70% dos processos são arquivados ou ignorados, e apenas 1% ou 2% resultam em julgamento e condenação dos agressores.

Outro dado alarmante diz respeito à questão da prostituição de adolescentes. Mais de 80% dessas jovens infelizes, antes de se tornarem prostitutas, foram violentadas dentro de suas próprias casas, e os autores desses crimes hediondos foram os próprios pais, irmãos, tios, avós e conhecidos da família que frequentavam o ambiente do lar.

No que se refere às crianças, segundo levantamento feito pela Profa. Heleieth Lara Bongiovani Saffioti, da Pontifícia Universidade de São Paulo, mais de 18 mil são espancadas por dia em nosso País.

Eminentes Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a falência do nosso sistema Judiciário está levando o Brasil a apresentar ao mundo uma realidade bárbara, só comparada à que existe nos países mais atrasados da Ásia e da África, onde as mulheres não têm qualquer direito, são escravizadas, mutiladas, surradas implacavelmente e assassinadas pelos motivos mais fúteis. Enfim, a brutalidade que acontece hoje nos lares de milhões de brasileiros, vitimando mulheres indefesas, é fruto justamente da pouca importância que as autoridades dão a esse drama e a esse sofrimento feminino. Lamentavelmente, fica a impressão de que a Justiça e os magistrados fazem vista grossa para essa grave realidade, tomam atitudes brandas e tratam do assunto com total indiferença. É justamente nesse ponto onde a elite se trai e revela que ainda carrega em seu inconsciente os ingredientes negativos que marcaram fortemente nossa formação política, social e ideológica: o machismo, o racismo, a exclusão social, o paternalismo e o autoritarismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, apesar de toda a violência, de toda a carga de preconceito e de discriminação que sofrem no dia-a-dia, as mulheres brasileiras continuam travando uma luta corajosa para mudar sua condição em nossa sociedade.

Se fizermos um breve retrospecto dos resultados de algumas dessas lutas enfrentadas de maneira paciente e determinada, nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, no lar, enfim, em todos os espaços da vida social, constataremos que algumas vitórias importantes foram conquistadas. Basta dizer que, nesses 40 anos de resistência, as mulheres brasileiras conseguiram derrubar muitas barreiras consideradas antes como intransponíveis e hoje se impõem pela determinação e pela competência.

Muitos valores conservadores, que eram dominantes em nossa sociedade, não conseguiram resistir e foram obrigados a ceder brechas cada vez maiores para os novos ideais considerados progressistas e de vanguarda.

Mantendo sua linha de frente, as mulheres brasileiras não param de exigir novos espaços. Sua presença, como profissionais de elevada competência nos cenários até bem pouco dominados unicamente pelos homens, já não causa admiração.

Nos dias atuais, no que diz respeito às taxas de crescimento do emprego em nossa economia, relativas a homens e mulheres, a presença feminina é cada vez mais marcante. Todavia, no cômputo geral, os homens ainda predominam. Apesar de tudo, o avanço das mulheres no mercado de trabalho tem sido notável no Brasil.

Segundo estudo feito pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), as mulheres ocupavam apenas 18% do mercado de trabalho brasileiro no início dos anos 60. Hoje, essa participação é de 43%, de acordo com dados da Divisão de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outro aspecto que merece atenção e que serve para ampliar ainda mais a nossa visão sobre as importantes mudanças verificadas, sobretudo nos últimos 25 anos, na composição do mercado de trabalho brasileiro diz respeito ao crescente desinteresse das mulheres pelo casamento oficial e tradicional. De acordo com as estatísticas mais recentes, cresce significativamente, entre as mulheres, a preferência por uma relação informal com seus parceiros, ao mesmo tempo em que o trabalho passa a ser um objetivo cada vez mais importante. Segundo o IBGE, o percentual de mulheres entre 15 e 50 anos, que preferem viver uma relação informal com seus parceiros, passou de 6,6% em 1979, para quase 20% em 2000.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que a ascensão feminina no Brasil, em todas as instâncias da vida social, política, jurídica e econômica, prova

definitivamente que, apesar da grande resistência às mudanças, as velhas estruturas de nossa sociedade estão sendo reformuladas. Grande parte desse trabalho de modernização deve ser creditado às mulheres que estão presentes nos espaços de decisão forçando essas transformações. Mesmo assim, as mulheres têm muito caminho a percorrer, para conseguirem eliminar o restante das barreiras e os preconceitos que ainda persistem.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à Sra. Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (PT-MT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos, que preside esta sessão; nosso 1º Secretário, Senador Romeu Tuma; Sra. Ministra de Estado do Multiculturalismo e Questão da Mulher do Canadá, Jean Augustine; atrizes da Rede Globo que dispensam apresentação pelo papel que sempre desempenham e fundamentalmente desempenharam em *Mulheres Apaixonadas*, que trouxeram grande contribuição ao movimento de mulheres no Brasil, Vera Holtz e Vanessa Gerbelli, representando o autor Manoel Carlos e o diretor Ricardo Waddington; Ministro Vicente Leal, do Superior Tribunal de Justiça; Embaixadora Suzanne Laporte, do Canadá; Embaixador Vaclav Hubinger, da República Tcheca – e aqui peço desculpas pelos nomes, mas o meu, Serys Slhessarenko, também não fica para trás na dificuldade de pronunciar; Ministro Bernard, da Alemanha; Sra. Maria de Oliveira, Presidenta do Fórum da Mulher da Reforma Agrária; Sra. Maria José de Oliveira Araújo, Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; Sra. Martha Rosa Queiroz, Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares; Sr. Ancelmo Lúcio, Presidente do Instituto Cultural Educacional Brasileiro; Sra. Eva Rosângela de Oliveira, Presidenta da Comissão da Mulher Advogada – OAB; Sra. Rosana Ferreira Vigo Vianna, representante do Governo do Rio de Janeiro; Sr. Roberto John Gonçalves, representante do Governo do Piauí; demais representantes do corpo diplomático; Delegada Vera Lúcia, da Delegacia da Mulher da Polícia Civil do Distrito Federal. Peço escusas porque sei que são muitas as representações de entidades organizadas aqui presentes, mas gostaria de fazer uma saudação especial a todos, especialmente àqueles cujos nomes e entidades não citei.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, trouxe um discurso pronto, mas minha Assessoria

não acredita muito em discurso pronto, porque sempre improviso.

Este momento, no Congresso Nacional, faz-nos lembrar da luta de todas as mulheres do passado, do mais distante ao mais recente, para assegurar nossos direitos. Reverencio todas essas mulheres, porque nossa luta hoje é difícil, mas no passado, com certeza, foi muito mais difícil. Temos um histórico do que sofreram as mulheres no Brasil e no planeta como um todo para conquistar direitos de que ainda hoje grande parcela não usufrui ou que ainda não foram conquistados.

Diria que hoje é um dia muito triste para todos nós, reunidos nesta sessão especial. Sim, pois o simples fato de hoje, 25 de novembro, ser o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, e de ainda termos de lutar e erguer essa bandeira, demonstra que, infelizmente, vivemos numa época em que a mulher ainda é oprimida, agredida e violentada.

A violência de gênero é um problema mundial, ligado ao poder, a privilégios e ao controle masculino. Atinge as mulheres independentemente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social. O efeito é sobretudo social, pois afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal e a auto-estima das mulheres. Entretanto, há também sérias implicações econômicas, pois, segundo dados, a violência doméstica em nosso País é responsável pela perda de 10% do PIB brasileiro.

Imaginem, senhoras e senhores presentes, o tamanho da violência que ainda acontece em nossos dias, no Brasil, contra as mulheres.

Historicamente, à violência doméstica e sexual somam-se outras formas de violação dos direitos da mulheres: da diferença de remuneração em relação aos homens, da injusta distribuição de renda, do tratamento desumano que recebem nos serviços de saúde ao assédio sexual no local de trabalho. Essas discriminações e sua invisibilidade agravam os efeitos da violência física, sexual e psicológica contra a mulher.

Contrariando aquela máxima que ouvimos desde criança e que diz “*em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*”, eu diria que o Estado deve, sim, meter a colher. Não é possível continuarmos adotando esta máxima: “*Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher*”. Mete a colher, sim. E o Poder Público tem de meter a colher, sim, criando cada vez mais delegacias especializadas e casas de acolhimento à mulher vítima de violência. De nada adianta a mulher procurar delegacia especializada e denunciar ter sido violentada se tiver de voltar para casa, muitas vezes com

filhos pequenos, e apanhar novamente ou mesmo ser assassinada por aquele que a violentara, ou se tiver de retornar à delegacia para retirar a queixa para poder entrar em casa. Não podemos querer que essa mulher fique na rua, não podemos querer que ela faça a denúncia e volte para casa. Precisamos dispor de instrumentos que lhe dêem o respaldo necessário até que reorganize sua vida.

E temos projetos em trâmite no Congresso, sim, da melhor qualidade, como o da companheira Deputada Iara Bernardi, para citar um só exemplo. Há outros, de autoria de várias outras companheiras Parlamentares, pois estamos todas nessa luta.

Há poucos dias, aprovou-se aqui projeto relatado pela Senadora Ana Júlia Carepa que obriga todas as instituições de saúde que recebem mulheres vítimas de violência, independentemente da vontade da mulher, a oferecer denúncia ao órgão competente.

Também há poucos dias o Senado da República aprovou o ano de 2004 como o Ano Nacional da Mulher no Brasil. Ou seja, tudo o que acontecer no Brasil deverá passar pela discussão da questão da mulher.

São essas, entre outras, as atitudes concretas que nos cabe aprofundar.

Sr. Presidente, sei que meu tempo está terminando e não prosseguirei na leitura de meu discurso. Quero apenas prestar homenagem muito especial aos homens presentes, Senadores, Deputados e demais autoridades. Estou certa de que somente com a participação dos companheiros homens conseguiremos angariar conquistas com mais rapidez e em maior profundidade e avançar nessa árdua e difícil luta.

Por isso, conclamo todos os presentes e os que nos ouvem pelo País afora por meio da *TV Senado*, enfim, todos os homens que combatem a violência contra a mulher a usar hoje o laço branco, símbolo do homem que não aceita a violência contra a mulher.

Esse laço branco teve origem no Canadá, a partir de episódio ocorrido em Montreal, quando um canadense armado entrou em sala onde se ministrava aula de engenharia. Pediu aos homens que se retirassem e metralhou as 14 mulheres que lá se encontravam, por estarem disputando carreira profissional que, segundo o assassino, era eminentemente do gênero masculino. Foi então que os homens canadenses criaram o movimento do laço branco. E espalhamos este movimento pelo Brasil afora e por todos os países, porque milhares de mulheres ainda são muito oprimidas e discriminadas. Mesmo nós, como Senadoras, sofremos grande discriminação, ainda hoje, em determinados momentos.

Finalizando, quero dizer que, contra a discriminação, o que realmente vai fazer a situação modificar é nossa organização, nossa mobilização. Mas contra a violência, é a denúncia, sim. A violência, entre aspas, é “democrática”, muito entre aspas, porque ela atinge as mulheres de todas as camadas sociais, seja dos países ricos ou pobres, seja as ricas, de classe média ou da camada popular. A violência é, infelizmente, entre aspas, “democrática” num péssimo sentido porque atinge todas as mulheres. Todas nós temos de nos movimentar, dizer não e nos posicionar.

Nós, no Senado da República, temos o grande compromisso de trazer a questão da mulher para a discussão das reformas previdenciária, tributária, trabalhista, agrária e todas que estão passando e irão passar por esta Casa.

Aos homens, em especial, faço um apelo: nós, mulheres, não queremos ser mais que os homens, de jeito nenhum, mas também não queremos ser menos, apenas iguais. Nós, mulheres, que não geramos a vida sozinhas mas que a gestamos, com certeza temos competência para elaborar leis e fazer ações públicas que preservem a vida.

Muito obrigada e um abraço carinhoso a todos.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Esta Presidência deseja saudar as atrizes Vera Holtz e Vanessa Gerbelli; o Sr. Ministro Vicente Leal, do Superior Tribunal de Justiça; a Embaixadora Suzanne Laporte, da Embaixada do Canadá; o Embaixador Vaclav Hubinger, da Embaixada da República Tcheca; a Embaixadora Sara de Gloobe, da Embaixada da Costa Rica; a Sra. Maria de Oliveira, Presidente do Fórum da Mulher da Reforma Agrária; a Sra. Maria José de Oliveira Araújo, Coordenadora da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; a Sra. Martha Rosa Queiroz, Chefe de Gabinete da Fundação Cultural Palmares; o Sr. Ancelmo Lúcio, Presidente do Instituto Cultural Educacional Brasileiro; a Sra. Eva Rosângela de Oliveira, Presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB; a Sra. Rosana Ferreira Vianna, representante do Governo do Rio de Janeiro; o Sr. Roberto John Gonçalves, representante do Governo do Piauí; demais representantes do Corpo Diplomático; a Sra. Maria Laura, Secretária-Adjunta da Secretaria Especial de Política das Mulheres; a Sra. Vera Lúcia da Silva, da Delegacia da Mulher da Polícia Civil; a Sra. Santa Alves, Diretora da União Brasileira das Mulheres; a Sra. Fátima Oliveira, Secretária-Executiva da Rede Feminista de Saúde; e a Sra. Marlene Libardoni, Diretora-Executiva da Agende.

Neste instante, a Senadora Serys Slhessarenko fará a entrega de flores à Sra. Ministra Jean Augustine. (*Palmas.*)

Antes de passar a palavra à nobre Deputada Laura Carneiro, autora do requerimento desta sessão, gostaria de passar a presidência dos trabalhos à Senadora Serys Slhessarenko. (*Palmas.*)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à nobre Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL-RJ. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta; Sra. Jean Augustine, Ministra de Multiculturalismo e Questão da Mulher do Canadá; Ministro Vicente Leal; Srs. Embaixadores; Corpo Diplomático; Deputada Maria Laura, representando nesta sessão o Ministério da Mulheres – com quem muitas vezes me confundem pela coincidência do nome, o que para mim é sempre uma honra –; Vera e Vanessa, que representam talvez o único movimento da televisão brasileira que efetivamente denunciou a violência contra a mulher; entidades presentes; senhoras e senhores; Sras. e Srs. Parlamentares, a quem saúdo na figura do Senador Eduardo Campos, um homem de alma feminina, como dizia o Senador Nelson Carneiro, é uma grande honra inicialmente representar a Câmara dos Deputados nesta sessão solene, que constitui a participação do Parlamento brasileiro nas manifestações relativas ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher. Em compasso com as mais importantes organizações da comunidade mundial, fazemos questão de repisar a importância do tema, que, infelizmente, continua prioritário na agenda do mundo contemporâneo.

Vivemos a cotidiana contradição de comemorar os avanços individuais e sociais nesse sentido, ao mesmo tempo em que assistimos à permanência de um sem-número de preconceitos e mesmo a alguns retrocessos. Aqui no Brasil, como de resto em tantos outros países do globo, as conquistas mais visíveis – concernentes, por exemplo, ao ingresso no mercado de trabalho – coexistem com as mais diversas práticas de violência contra a mulher, mais ou menos explícitas, mais ou menos referendadas pelas várias culturas ou grupos sociais. Tal paradoxo, como se sabe, ocorre generalizadamente em sociedades de diferentes graus de desenvolvimento, assim como no seio delas nas diferentes classes sociais.

Trata-se, sem dúvida, Sra. Presidenta, da força renitente de uma discriminação milenar, que, absurda

e incredivelmente, vem resistindo às vitórias da civilização. Não obstante a universalidade do reconhecimento dos direitos humanos, entre eles a plena igualdade entre os sexos, e não obstante a crescente e definitiva participação da mulher em todos os setores da vida em sociedade, é certa a permanência de uma mentalidade opressora em relação à mulher, manifesta de todas as formas, seja em âmbito doméstico ou profissional. É por isso que, no ensejo da data, sentimo-nos no dever de continuar denunciando a situação real de milhões e milhões de mulheres oprimidas em todo o mundo, de milhões e milhões de mulheres oprimidas no Brasil.

É espantosa, de fato, a continuidade de práticas abomináveis contra a mulher nos mais diversos países do mundo. Incluem-se desde a mutilação genital até as diferenças salariais, passando pela violência física e sexual; pela odiosa exploração do corpo feminino pela mídia; pelo tráfico brutal de mulheres em todo o planeta; pela prostituição de crianças e adolescentes; pela falta de acesso a serviços especiais de saúde; pela sobrecarga de trabalho no lar e na sociedade. Espanta, ainda, repetimos, a disseminação da violência em países extremamente diferentes, convalidada por concepções culturais também extremamente diferentes.

Nesse sentido, temos de condenar com a mesma veemência tanto a mutilação genital que ocorre na África ou o confinamento feminino nos países muçulmanos como a monstruosidade de condutas cotidianas no mundo branco e dito desenvolvido, como a prostituição e o abuso sexual de meninas de todas as idades, ou os espancamentos e homicídios praticados por homens da família dentro de casa. É justamente nesses países, aliás, que predomina uma das mais sutis e deletérias formas de violência: a violência contra a mulher, que a transforma em simples objeto de consumo, reduzida ao corpo e ao utilitarismo do apelo sexual, tal como se verifica cada vez mais maciçamente na propaganda, no cinema, na TV, nos meios de comunicação. Neste momento, registro minha homenagem a Manoel Castro.

Como aceitar, Sra. Presidenta, em pleno Terceiro Milênio, que se reiterem em todo o mundo as práticas de violência contra a mulher? Como aceitar, quando pretendemos no auge da evolução humana, que mulheres de todas as idades e nacionalidades sejam tratadas como seres inferiores, indignas de salários justos, indignas de direitos iguais, indignas de acesso à educação, ao trabalho e ao lazer? Como aceitar que uma mulher a cada 15 segundos sofra violência no Brasil? Como admitir, enfim, tão orgulho-

sos de nossa capacidade tecnológica, relações humanas pré-históricas, baseadas na opressão e na submissão do mais fraco?

No âmbito da Câmara dos Deputados, Sra. Presidenta, muito tem sido feito e não apenas pela bancada feminina da Casa. E registro aqui a ausência da Deputada Jandira Feghali, também coordenadora da bancada e co-autora do requerimento, ao meu lado, que só não está neste momento entre nós porque seu filho menor está internado.

Temos o PL nº 1.399/03, de autoria do Deputado Renato Cozzolino, que cria o Estatuto da Mulher; o PLC nº 8/02, da Deputada Socorro Gomes, estabelecendo a obrigatoriedade de notificação de violência contra a mulher, por parte dos serviços de saúde públicos ou privados; o PL nº 282/03, de nossa autoria, que tipifica o crime de violência doméstica e dá outras providências, e também o de nº 286, do mesmo ano, que destina pelo menos 30% dos recursos do Fundo Partidário à formação e capacitação política feminina; e, finalmente, entre tantos outros, a Lei nº 10.745/03, que instituiu o ano de 2004 como o Ano da Mulher, para discussão e criação de condições mais favoráveis para a mulher no Brasil, e a Lei nº 10.714/03, que autoriza a disponibilização, em âmbito nacional, de número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher.

Hoje, Sra. Presidenta, a Câmara dos Deputados discutirá uma pauta típica específica de projetos destinados à questão da violência contra a mulher. Registro a presença da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que preside uma das CPMIs mais importantes do Congresso Nacional, que trata da exploração sexual de crianças, meninas e meninos que sofrem abuso sexual todos os dias em nosso País.

É assim que vimos trabalhando, em todas as frentes, discutindo a questão de gêneros, especialmente no que se refere à prevenção e repressão dos atos de violência. Se nos pretendemos uma nação civilizada, moderna, capaz de enfrentar os desafios do Terceiro Milênio e de ocupar um lugar de destaque no cenário internacional, não podemos nos permitir conviver com preconceitos vergonhosos, que diminuem o ser humano em todas as suas acepções. Sim, porque a verdade, Sra. Presidenta, é que não apenas a mulher fica diminuída diante de tais práticas. É o homem também que se embrutece, que se envilece, que desperdiça a oportunidade de conviver em harmonia e respeito com as particularidades do universo feminino e sua contribuição inestimável à sociedade.

Está claro que esta é uma tarefa para hoje, para agora, visando resgatar a cidadania e a dignidade de

milhões de mulheres no Brasil e no mundo. Mas se trata também de uma tarefa prospectiva, de longo alcance, cujos objetivos são a educação e a conscientização das futuras gerações, para que, em um futuro próximo, considere-se universalmente inaceitável qualquer manifestação de violência contra a mulher.

Por tudo isso, Sra. Presidenta, insistimos que a celebração do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher encerra, na verdade, um imperativo de democracia, de liberdade e de justiça. É, sobretudo, uma questão de direitos humanos, cuja apologia, mais do que nunca, estamos comprometidos a fazer em tempos de tantos conflitos, tanta desigualdade, tanto empobrecimento dos valores da humanidade em todo o mundo.

E como transformar? Nós somos mulheres, mães. Se fomos capazes de criar nossos filhos, somos capazes de conscientizá-los, talvez lendo para eles *As 100 Razões do Amor*, tão bem recitadas, de Carlos Drummond de Andrade.

Que Deus nos ajude. E vamos à luta!

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Solicitamos ao Senador Eduardo Siqueira Campos que preste uma pequena homenagem à atriz Vera Holtz. S.Exa. se dirigirá à bancada onde ela se encontra. (*Palmas.*)

Voltamos a solicitar às Sras. e aos Srs. Parlamentares o máximo de empenho para que as respectivas manifestações se restrinjam a 3 minutos, a fim de que todos possam falar. A lista de inscritos é bastante longa, e se não for observado o tempo destinada a cada orador, ficará difícil cumpri-la.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Com a palavra a Senadora Patrícia Saboya Gomes.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS-CE. Sem revisão da oradora.) -Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, que dirige esta solenidade de fundamental importância para todos nós; meu caro amigo e companheiro de lutas Senador Eduardo Siqueira Campos, sempre ao nosso lado na defesa das boas causas do povo brasileiro; Sra. Jean Augustine, Ministra de Estado do Multiculturalismo e Questão da Mulher do Canadá; Sras. e Srs. Parlamentares, aos quais saúdo na pessoa da Deputada Laura Carneiro, autora do requerimento de realização desta sessão, e da Senadora Serys Slhessarenko; autoridades, senhoras e senhores convidados.

Antes de iniciar o meu breve pronunciamento, desejo falar um pouco sobre a CPI que investiga as

redes de violência contra crianças e adolescentes, citada pela Deputada Laura Carneiro.

Quando cheguei ao Congresso Nacional, tive o privilégio de ter sido escolhida pelos meus pares para presidir essa CPI. Ao longo de 5 meses de andanças por pelo País, deparamo-nos com um quadro de violência que, diria, tem aterrorizado a todos nós, membros da CPI. Crianças de 2 a 10 anos de idade diariamente são violentadas. São crianças que deveriam estar na escola; são meninas que deveriam estar brincando de boneca e meninos que deveriam estar jogando futebol, quem sabe soltando pipas. Mas, ao contrário de tudo o que desejamos e sonhamos – uma sociedade mais justa e mais digna –, essas crianças hoje estão expostas a todo o tipo de violência. E isso ocorre em cidades pequenas, de médio porte ou em metrópoles, como a Capital do Estado de São Paulo.

Estivemos em várias cidades e nos deparamos com um quadro extremo de violência, com pessoas acima de qualquer suspeita envolvidas em atos de exploração sexual de crianças e adolescentes. Essas crianças muitas vezes sequer podem falar, pelo medo de enfrentar o adulto ou de enfrentar alguém de dentro da própria casa.

Estudos recentes mostram que 94% dos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes são cometidos por alguém que os conhecem, muitas vezes o pai, o padrasto, o avô, o irmão mais velho ou um vizinho, ou seja, alguém em quem confiam.

Isso nos mostra muito claramente a situação de violência em que vive o País.

Tenho procurado dar minha contribuição à luta por uma sociedade mais justa, na qual as mulheres tenham seus direitos garantidos, mas certamente esses direitos começam na infância – na verdade, ainda no ventre materno.

Há mulheres que não têm teto para morar, que não têm trabalho, que diariamente batem de porta em porta nas empresas do nosso País atrás de uma oportunidade para que possam sustentar a família com dignidade. Muitas vezes, o que vemos em consequência desse quadro de violência, de desemprego e de desesperança são famílias desestruturadas, mulheres violentadas, espancadas pelos seus próprios companheiros em pleno século XXI. Esse quadro precisa mudar. Certamente, nosso empenho e paixão por essa causa hão de poder ajudar a transformar a sociedade.

É importante que tenhamos uma legislação forte, que lutemos pelos direitos das mulheres, mas também é preciso sobretudo dar atenção muito especial

às mulheres que no dia-a-dia têm seus direitos usurpados e às crianças e adolescentes brasileiros. É preciso fazer com que o Brasil se torne um país mais justo, reinserindo na sociedade essas pessoas que por vezes demonstram o preconceito, a vergonha e o medo que circulam a violência sexual contra crianças e adolescentes no País.

Portanto, venho somar minha voz à de tantos outros que, no exercício do mandato parlamentar, desenvolvem incessante luta – repito – por uma sociedade mais justa.

Quero, diante de tanta pobreza, de tanta miséria, de tanto drama, diante mesmo da crueldade com que são tratadas as crianças e os adolescentes no País, reafirmar a esperança e a convicção de que esse quadro é possível de ser mudado, desde que cada um de nós esteja consciente do seu papel na sociedade. Não importa que lugar cada um de nós ocupe – Parlamentares, executivos donas de casa, professores, juizes, atrizes, trabalhadores. Importa, sim, que cada um possa trazer a sua contribuição, incorporar-se à luta de tantas outras mulheres que não esmorecem jamais, apesar de viverem um dia-a-dia cheio de dificuldades, de sacrifícios e de muitas discriminações.

Espero que a CPI que presidimos possa dar uma resposta concreta à sociedade brasileira, possa ajudar a romper o silêncio que ronda a violência e a exploração sexual de crianças e adolescentes no País, possa, de uma vez por todas, contribuir para tirar a poeira que está debaixo do tapete. Independentemente de quem esteja envolvido, que não admitamos ou toleremos em hipótese alguma essas práticas – o Presidente Lula já disse da sua preocupação com o tema e da prioridade de seu Governo em acabar com a exploração sexual.

Espero que este dia de mobilização possa servir para a nossa futura e permanente luta pelos direitos de mulheres e de crianças e adolescentes no País.

Um grande abraço a todos, muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Solicitamos à Senadora Patrícia Saboya Gomes que faça a entrega de flores à Delegada da Polícia Civil do Distrito Federal, Sra. Vera Lúcia da Silva. (*Palmas.*)

Mais uma vez solicitamos atenção ao tempo. São muitas as inscrições. Se continuarmos assim, vamos até as 14h.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Tem a palavra a Deputada Iara Bernardi, lutadora pela causa, como todas nós.

A SRA. IARA BERNARDI (PT-SP. Sem revisão da oradora.) – Bom-dia a todos. Cumprimento nossa Senadora Serys Slhessarenko, a Ministra Jean Augustine, as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores, as entidades feministas, as convidadas e os convidados e todos os presentes.

É extremamente importante ressaltar, como disse a Senadora Serys Slhessarenko no início da sua fala, que devemos agradecer a todas as mulheres e a todos os homens pela luta em prol das causas feministas no mundo, na história da humanidade, para que, hoje, pudéssemos aqui realizar esta sessão solene e cumprir outros compromissos que temos com as mulheres brasileiras. Destaco a importância da realização desta sessão solene e dos compromissos que temos daqui por diante, tanto o Congresso Nacional quanto o Governo, as entidades feministas e a sociedade no combate à violência contra a mulher.

Considero importante relembra algumas ações implementadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal: esta sessão solene; o seminário sobre a Convenção da Mulher na Câmara dos Deputados; a Campanha do Laço Branco, extremamente importante, que se iniciou no Canadá e está sendo divulgada no Brasil inteiro; a Campanha de 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero, assumida pela Rede Feminista de Saúde; a instituição da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Especial de Políticas e Promoção de Igualdade Racial, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos, da Ouvidoria Parlamentar e da bancada feminina, que relembra aqui os 10 anos da Convenção de Viena, em que tivemos nossos direitos garantidos como direitos humanos. Considero o Encontro de Viena, em 2003, extremamente importante no que diz respeito aos direitos das mulheres.

Ressalto também a importância no sentido de que os projetos de lei que tratam desse tema sejam votados no Congresso Nacional. Hoje, a sociedade cobra medidas claras e concretas contra a violência. Portanto, é fundamental que esses projetos de lei sejam votados e funcionem na prática. Para isso, é preciso muita estrutura.

Ouço, com prazer, o aparte da nobre Deputada Kátia Abreu.

A Sra. Kátia Abreu – Estou inscrita para falar, mas abro mão do meu tempo para o melhor andamento dos trabalhos desta sessão. Quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que tem feito em defesa da mulher à frente da nossa bancada feminina. Informo

que ontem, no Estado de Tocantins, organizamos, em nome do PFL Mulher e do Instituto Tancredo Neves, o 1º Fórum sobre a Violência Doméstica, com a presença da Ministra do STJ Fátima Nancy e com a participação de mais de 1.000 mulheres, que resultou em audiência com o Sr. Governador Marcelo Miranda, o Presidente do Tribunal de Justiça, Marco Antony Villas Boas, e o apoio total do Senador Eduardo Siqueira Campos na instalação de 5 Delegacias Especiais da Mulher, com equipes multidisciplinares, psicólogos, assistentes sociais e psicoterapeutas, e também na criação do Juizado Informal de Família, a exemplo de Recife, constituído também por psicólogos, assistentes sociais, psicoterapeutas, um núcleo multidisciplinar bastante equipado para atender à mulher e com o treinamento de Oficiais de Justiça para cumprir seus mandados. Em princípio, temos que dar nosso apoio, com base na lei federal, à criação desses juizados em todo o País. Mas, até que isso aconteça, por ação dos Tribunais de Justiça dos Estados, podemos, por meio de todos os Tribunais de Justiça, até que isso seja aprovado nesta Casa, compor esse Juizado Informal de Família – existente há bastante tempo em Recife e inaugurado em São Paulo –, que dá um rito especial a julgamentos relacionados aos problemas familiares. Informo que hoje está na pauta, apensado ao projeto da Deputada Maninha, do PT do Distrito Federal, um projeto, de minha autoria e da Deputada Maninha, que visa a retirar de pena alternativa o art. 129 do Código Civil. Temos certeza de que poderemos contar com o apoio de todos os Srs. Deputados. Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. IARA BERNARDI – Agradeço à Deputada Kátia Abreu o aparte. Vamos votar hoje à noite, na Câmara dos Deputados e também no Senado Federal, projetos de lei que tratam do combate à violência contra a mulher, como disse a Deputada Kátia Abreu em relação à Lei nº 9.099, hoje tão discutida, que trata das causas de menor potencial ofensivo.

Os casos de violência contra a mulher são enquadrados dessa forma, são chamados, de forma depreciativa, “lei da cesta básica”. E votaremos outros projetos de lei, como o que tipifica a violência doméstica. Até hoje o Código Penal Brasileiro não trata da questão da violência doméstica e familiar. Isso não existe no nosso Código Penal.

Essas políticas nacionais que traçamos – vamos votar projetos de lei – precisam traduzir-se depois na prática, principalmente nas políticas municipais, induzidas, evidentemente, pelas políticas nacionais do Governo Federal, por campanhas públicas. Falo de campanhas e da indução para que essas práticas e

políticas sejam implementadas nos Municípios, por indução do próprio Governo Federal, do Governo Lula, comprometido com a mulher brasileira, com o combate à violência e com todas as políticas e práticas de igualdade e de combate a qualquer forma de discriminação e violência contra a mulher. Essas práticas precisam acontecer nos Municípios, induzidas com recursos na execução dos Planos Plurianuais, do Orçamento da União e do orçamento dos Municípios e dos Governos Estaduais. Se não houver recursos e isso não aparecer explicitamente nos orçamentos, não serão implementadas essas políticas.

No caso de medidas de proteção, precisamos de mais delegacias da mulher, e isso é obrigação dos Governos Estaduais. Precisamos ainda de casas-abrigo nos Municípios, de políticas de promoção humana, no caso da profissionalização e do emprego da mulher. Na área da saúde, é necessária a obrigatoriedade da notificação dos casos de violência da mulher quando ela passa em um centro de saúde ou em um posto de saúde. É importante também o combate às formas de discriminação, porque livros didáticos ainda discriminam, fazem diferenciações entre homens e mulheres, meninos e meninas. Essas políticas precisam acontecer nos Municípios.

Hoje são debatidas na sociedade formas de combater a violência, mas temos de combater primeiramente a violência que acontece dentro do lar, cujos números reais não conhecemos. Essa é uma questão mais séria. Se não a combatermos, não poderemos combater todos os reflexos que daí vêm e que se refletem na sociedade, na educação dos filhos, no comportamento dos seres humanos.

Está em debate hoje no País uma política nacional de segurança. A política nacional de segurança precisa pensar no que vai acontecer nos Municípios. Como seria uma prática de segurança municipal que incluísse a questão da mulher? Como as forças policiais numa cidade vão tratar da questão de gênero, da questão de atendimento à mulher vítima de violência? Como serão treinadas as Guardas Municipais, as Polícias Cíveis e Militares para atender esses casos? Haverá casas-abrigo nos Municípios brasileiros? As delegacias das mulheres serão equipadas e existirão em maior número pelo País afora? Para tudo isso tem de aparecer recursos e políticas indutivas, a fim de que essas práticas aconteçam nos Municípios. Se vamos discutir Previdência, precisamos ver a questão da mulher. Políticas de emprego? A questão da mulher. Políticas de igualdade? Sem lembrar da mulher não irão existir.

Acho que precisamos rever de toda a forma a parte principal, onde tudo começa, ou seja, a execução dos Planos Plurianuais e dos orçamentos. Se eles não forem feitos de forma diferente, tratando da questão da mulher, estaremos repetindo práticas milenares, sem fazer com que haja recursos e políticas claras de diferenciação no tratamento das questões de desigualdade, de discriminação, de violência contra a mulher.

Se continuarmos com as práticas de sempre, se não tivermos dentro dos orçamentos municipais, estaduais e da União políticas de gênero devidamente explicitadas, a mudança não ocorrerá. Vamos repetir campanhas, propostas, metas e projetos, mas a mulher, de fato, que precisa ser protegida, não será, e os casos de violência não serão esclarecidos e punidos. Precisamos de mudanças radicais, repito, na execução de todos os orçamentos, para sensibilizar nossos governantes, que são na maioria homens que não têm sensibilidade para atentar para essas diferenciações, essas discriminações, para a violência dirigida contra a mulher.

Nós, Deputados, Senadores, sociedade e entidades feministas, parabenizamos a todos pela realização desta sessão solene. Estabelecemos o compromisso de luta, até porque firmamos acordo com a Convenção da ONU, do qual o Brasil é signatário, e teremos de prestar contas regularmente a organismos internacionais sobre as ações de combate à discriminação e violência contra a mulher, que precisam acontecer na prática, imediatamente.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

Durante o discurso da Sra. Iara Bernardi, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Na condição de Vice-Presidente desta Casa, presto homenagem às Sras. e aos Srs. Deputados; às Sras. e aos Srs. Senadores, especialmente a Serys Slhessarenko, Patrícia Saboya Gomes, Ideli Salvatti, Ana Júlia Carepa, Lúcia Vânia, Fátima Cleide, Maria do Carmo Alves, Roseana Sarney e Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, a quem homenagem oferecendo, em nome das Parlamentares e no meu próprio, uma flor. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Convido a nobre Deputada Iara Bernardi a assumir a presidência dos trabalhos.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Iara Bernardi.

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, saúdo as autoridades presentes a esta sessão, e o faço na pessoa da Ministra canadense Jean Augustine, que nos prestigia neste dia tão importante.

No último domingo, tive oportunidade de assistir ao filme *No tempo das Borboletas*, que resgata a história das irmãs Mirabal, a saga da luta contra a ditadura do General Trujillo, na República Dominicana. Filme belíssimo, de extraordinária sensibilidade, termina com a morte, por espancamento, das 3 irmãs. Na cena, muito forte, elas são massacradas por cassetes e morrem abraçadas.

O filme nos impõe, neste 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, muitas responsabilidades.

A Fundação Perseu Abramo, em recente pesquisa com mais de 2.500 mulheres em todo o Brasil, descobriu que a cada 15 segundos uma mulher sofre violência. E, observem, o número diz respeito apenas aos casos registrados, pois sabemos que há uma violência absolutamente oculta. Entre os casos registrados de violência, 56% ocorrem no próprio lar.

Hoje, o Presidente Lula sancionou lei que obriga a notificação compulsória de violência contra a mulher – o projeto foi recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A partir da aplicação dessa lei, os hospitais e os postos de saúde vão ser obrigados a comunicar as ocorrências. Então, infelizmente, esses 15 segundos acabarão sendo muito tempo, porque a cada um ou 2 segundos provavelmente ocorrerá um caso de violência contra a mulher, dada a gravidade do quadro reinante em nosso País.

Hoje, a Secretária Especial de Políticas para as Mulheres – e pela primeira vez no Brasil temos, com *status* de Ministra, no primeiro escalão de Governo, alguém se dedicando com prioridade absoluta ao estabelecimento de políticas públicas para as mulheres –, lançou o Programa Nacional de Combate à Violência. S.Exa. quer a ampliação dos centros de atendimento às mulheres vítimas de violência e dos demais programas, como as delegacias especiais e as casas para abrigá-las, instituições de fundamental importância. Podemos ampliá-las e, como já foi aqui referido, dedicar-lhes absoluta relevância no Plano Plurian-

ual e Orçamento da União, para que possamos garantir seu funcionamento.

Termino o meu pronunciamento, para disponibilizar mais tempo aos demais oradores que ainda vão se manifestar. Contudo, não quero fazê-lo falando da mulher, mas do homem. Temos feito um grande esforço, e conseguido avançar. Temos trazido o tema à discussão. A novela *Mulheres Apaixonadas* encerrou maravilhosa contribuição ao debate da violência contra a mulher. Entretanto, como disse, vou terminar falando do homem, daquele que bate para se impor, daquele que estupra por não ter capacidade de cativar, de fazer com que se apaixonem por ele.

Quem é esse ser – não vou chamá-lo de ser humano – abjeto, infame, infeliz, que pratica uma violência desse porte? Muito mais do que políticas públicas de combate à violência e de verbas nos orçamentos, precisamos criar na sociedade brasileira uma repulsa a todo e qualquer ser violento, mas de forma muito especial ao ser violento contra mulheres e crianças. Essa repulsa implica acabar de uma vez por todas com o fato de o machismo ser considerado uma espécie de troféu. Diz-se: “*Eu sou macho*”. Que nada! O homem que bate e que estupra não é homem – é covarde. É alguém que não pode jamais merecer respeito algum da sociedade. Temos de criar essa repulsa social que, juntamente com as políticas públicas, é a única maneira de efetivamente eliminarmos a violência contra a mulher.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Senadora Ideli Salvatti, gostaria que V.Exa. retornasse à tribuna, para homenagear a atriz Vanessa Gerbelli com flores. (*Palmas.*)

Dirigindo esta Mesa, ressalto a Campanha dos 16 Dias de Ativismo contra a Violência de Gênero.

Nosso calendário trata de diversas datas e ações relacionadas à campanha. No dia 20, comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra; hoje, dia 25, o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher; dia 27, o Dia da Ratificação pelo Brasil da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, Convenção de Belém do Pará; dia 1º, o Dia Mundial de Combate à AIDS; dia 6, em memória ao massacre de Montreal, no Canadá, a Campanha do Laço Branco; dia 10 de dezembro, o Dia Internacional dos Direitos Humanos; dia 18, o Dia da Adoção da Convenção da Mulher, da ONU; dia 1º, o Dia Mundial da Paz, Fraternidade Universal.

Essa é uma campanha, e os materiais estão prontos para serem distribuídos pelo Brasil afora com parce-

rias da Rede Nacional Feminista, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Especial de Promoção de Igualdade Racial, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, da Ouvidoria Parlamentar e de outras entidades, como AGENDE, UNIFEM, que são as promotoras, CLADEM e Bancada Feminina no Congresso Nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Convido a fazer uso da palavra a nobre Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta Iara Bernardi, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa, Sra. Ministra do Canadá Jean Augustine, nobres companheiras presentes, representantes das diversas entidades, atrizes da novela *Mulheres Apaixonadas*, mulheres do Brasil que não estão presentes, como as seringueiras, as indígenas, as ribeirinhas, as parteiras da selva amazônica, as quebradeiras de coco, as empregadas domésticas, as autônomas, as funcionárias públicas, as desempregadas, as sem-terra, enfim, as tantas mulheres anônimas de nosso País.

Neste momento, aproveito para registrar a ausência de uma companheira, a Deputada Jandira Feghali, que conhecemos como uma das maiores defensoras e apaixonadas pelas causas da mulher. A Deputada Jandira, além de mulher, companheira e Parlamentar, é também mãe e, por isso, está neste momento num quarto de hospital ao lado de um de seus filhos. Num momento como esse, nossa responsabilidade e amor de mãe falam muito mais alto, e não temos outra opção, nem temos dúvidas na escolha. Portanto, lamento a ausência de S.Exa., pois é uma das autoras do pedido para realização desta sessão, cujo tempo estou utilizando.

De certa forma, para homenagear o outro lado, dos homens, queria deixar o meu laço branco para o nosso Capi, o Senador João Capiberibe, que representa aqui os homens solidários, que estão conosco nessa luta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, nobres companheiras presentes e ausentes, em 25 de novembro de 1960 três irmãs que lutavam contra o regime ditatorial na República Dominicana foram torturadas e assassinadas por ordem do General Rafael Trujillo. Minerva, Maria Tereza e Patrícia Mirabal lideravam um movimento de oposição e sofreram todo tipo de agressões antes de serem brutalmente assassinadas. Durante o 1º Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Bogotá, em 1981, a

data ficou marcada como um dia de combate à violência contra a mulher.

Em 1999, pesquisas realizadas indicavam que nos Estados Unidos 20% das mulheres sofriam pelo menos um tipo de agressão física infligida pelo parceiro durante a vida. Na Índia, 5 mulheres eram assassinadas por dia em consequência de disputas relacionadas ao dote. Na África, cerca de 6 mil meninas sofriam mutilação genital a cada dia. Na América Latina e no Caribe, de 25 a 50% das mulheres foram vítimas de violência doméstica. Neste mesmo ano, a ONU incorporou a data ao calendário internacional e, desde então, o mês de novembro tem sido marcado por manifestações que reforçam a necessidade de um debate sério e amplo sobre o tema.

O dicionário Aurélio traduz violência como “*qualidade de violento, ato violento, ato de violentar*”. Juridicamente o termo se refere ao constrangimento físico ou moral; uso da força; coação. Segundo a Convenção de Belém do Pará, a violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado. Para milhares de mulheres brasileiras a palavra é vivenciada quotidianamente e representa um vácuo entre a realidade e a legislação. A Constituição determina, em seu art. 226, que “*o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações*”. Tal garantia não impede que 70% das agressões praticadas contra as mulheres partam de seus próprios companheiros. Tampouco contribui para incentivar as vítimas de violência a denunciar o agressor. Em média, as brasileiras só têm a coragem de chegar à denúncia após 10 surras.

Levantamento realizado pelo Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo e divulgado pelo jornal *Folha de S. Paulo* informa que 50,7% dos estupro ocorridos no Estado não são investigados. Especialistas dizem que o medo de constrangimentos maiores, como a discriminação, e a certeza de que os inquéritos não serão conclusivos levam as vítimas a optarem por não denunciar. No restante do País não é diferente. Apesar dos dados alarmantes afirmando que a cada 15 segundos uma mulher é espancada no Brasil, não há, até agora, uma legislação que enfrente os aspectos econômicos e culturais que perpetuam o problema.

A Lei nº 9.090, de novembro de 1995, criou os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. A expectativa era propiciar um processo mais ágil e eficiente, inclusive para os casos de violência doméstica. Penas al-

ternativas foram instituídas em substituição às de privação de liberdade e o acusado pode conservar o estado de réu primário.

Hoje é comemorado o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher. Temos oportunidade de repensar todo tipo de comportamento que agrava o abismo da desigualdade de gênero, fator que amplia um problema social que não vê fronteiras de idade, classes sociais ou raça. O Estado deve ser o indutor de medidas de prevenção à violência doméstica assumindo o compromisso firmado em acordos internacionais. A sociedade brasileira tem fome de paz, e o Congresso Nacional deve fazer sua parte avançando no campo legislativo, oferecendo e aprovando proposições que, longe de apenas punitivas, promovam a segurança necessária para as vítimas e as condições de recuperação para os agressores.

Hoje, no plenário da Câmara dos Deputados, apreciaremos diversos projetos sobre direitos da mulher. Neste entendimento, vejo de suma importância o PL nº 3/03, de autoria da Deputada Iara Bernardi, que tipifica o crime de violência doméstica e o considera inafiançável.

Quanto a nós, mulheres que ainda vislumbram a possibilidade de uma sociedade que ofereça igualdade de oportunidades em todas as áreas, cabe repudiar todas as manifestações culturais que nos colocam na condição de merecedoras ou até provocadoras da violência.

Músicas são entoadas ingenuamente, ou nem tanto, reafirmando uma imagem de mulher que não condiz com a realidade da mulher brasileira. Posso citar um exemplo:

“Harpia, aranha, sabedoria de rapina e de enredar, de enredar. Perua, piranha minha energia é que mantém você suspensa no ar. Pra rua!, se manda, sai do meu sangue, sanguessuga, que só sabe sugar. Pirata, malandra, me deixa gozar, me deixa gozar, me deixa gozar, me deixa gozar. Vagabunda, vampira, o velho esquema desmorona desta vez pra valer. Tarada, mesquinha, pensa que é a dona e eu lhe pergunto: quem te deu tanto axe? À toa, vadia, começa uma outra história aqui na luz deste dia D: Na boa, na minha, eu vou viver dez, eu vou viver cem, eu vou viver mil, Eu vou viver sem você”. (Não enche – Caetano Veloso)

Inauguramos o século XXI, buscamos consolidar avanços, conquistas e direitos. É triste termos que chamar atenção, com voz firme e sempre ousada,

para que a violência contra a mulher seja banida da nossa sociedade. Há de se chegar o dia em que nossas filhas olhem para o passado e vejam o quanto lutamos e tenham o prazer de vivenciar dias pacíficos, sem preconceitos e discriminações, onde cada homem e cada mulher se respeitem harmoniosamente e plantem flores no jardim de amanhã.

Em nome das mulheres Parlamentares comunistas desejo um belo e novo amanhecer contra a violência.

Muito obrigada, Sra. Presidenta. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Concedo a palavra à Sra. Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (PT-PA. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Deputada Iara Bernardi, Ministra Jean Augustine, Ministro Vicente Leal, embaixadoras presentes, Senadora Serys Slhessarenko, que faz parte da Mesa Diretora do Senado, atrizes que representaram bem a violência contra a mulher, demais autoridades, realmente será difícil fazer todo este discurso, mas ressalto algumas questões.

Neste Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, perguntamos se há alguma coisa a comemorar, pois não só no Brasil, mas em muitos países do mundo as mulheres continuam a sofrer vários tipos de violência, de humilhação e de discriminação.

Os dados estatísticos são até difíceis. Infelizmente, grande parte dos agressores são maridos, companheiros, parentes, pessoas presentes no âmbito doméstico. Não é possível mais que, em pleno século XXI, as mulheres continuem sofrendo violência física, socos, pontapés, empurrões e violência emocional, como ofensas à honra, desrespeito à pessoa humana, ameaças com palavras e intimidação. Não é possível que as mulheres ainda continuem a sofrer violência sexual, estupro e até morte; que as mulheres continuem a sofrer de violência social pela diferença de salários que recebem a menor.

Não tenho dúvida de que o Brasil não vai poder transformar-se numa sociedade sadia se mantiver esse mesmo padrão de injustiça e de iniquidade. Muitas vezes, as mulheres não dispõem nem de condições de fazer uma notificação.

Quero também registrar alguns avanços na própria legislação. Aqui no Senado aprovamos duas leis. Uma é de autoria de um Senador, dessas que se indignam junto conosco com a violência praticada contra as mulheres.

A lei de autoria do Senador Demostenes Torres determinou que no caso de violência doméstica a reclusão seja de 1 a 5 anos, em substituição àquelas

penas irrisórias – aliás, a novela teve a capacidade de mostrar que às vezes essas penas se transformam em distribuição de cestas.

Gostaria de aproveitar este momento para solicitar às nossas nobres Deputadas presentes o regime de urgência para a tramitação deste projeto.

Aprovamos também um projeto de lei de autoria da ex-Deputada Socorro Gomes, do meu Estado do Pará, cuja Relatora tenho o orgulho de dizer que fui eu. Este projeto obriga os órgãos de saúde públicos e privados a notificarem o caso de mulheres atendidas como vítimas de violência. Quero dizer que não se trata mais de um projeto de lei. Agora é a Lei nº 10.778. Foi publicada hoje, no Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, depois de sancionada, ontem, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Outras mulheres, inclusive a Senadora Ideli Salvatti, já mencionaram a atenção que o Governo Lula tem dado às mulheres brasileiras, a fim de proporcionar-lhes melhores condições de vida. Não tenho dúvida do cumprimento desse compromisso por parte do Presidente. Registro que estava presente a Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Mulheres, a ex-Senadora Emília Fernandes.

Também gostaria de fazer um registro que considero extremamente importante para aquelas mulheres anônimas que tanto lutam, as trabalhadoras rurais. A nossa Constituição, em seu art. 189, parágrafo único, garante que a titulação ou o direito de uso podem ser concedidos ao homem ou à mulher, ou a ambos. E muitas vezes aquelas mulheres que participam de tantas marchas na luta pelo direito à terra, pelo direito à assistência, pelo direito de acesso ao crédito, acabam sendo abandonadas no meio do caminho.

Quero parabenizar o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Ministro Miguel Rossetto, pela criação do PRONAF Mulher, que permite à mulher também ter acesso ao financiamento da terra, independentemente do financiamento concedido ao seu companheiro. Também foi garantida a concessão de uso da terra a homens e mulheres, uma questão inédita, porque, apesar de estar prevista no art. 189 da Constituição, nunca havia sido feita. A titulação ou a concessão de uso da terra feita pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, pelo Ministro Miguel Rossetto, está sendo garantida a ambos, homens e mulheres, assegurando àquelas lutadoras o seu direito à terra.

Termino dizendo que o combate à violência contra a mulher deve configurar-se também em uma luta por um compromisso maior. Esperamos que não somente o Governo Lula, mas todos os Governos se comprometam com essa luta. O Governo anterior

teve esse compromisso, mas não tenho dúvida de que o atual tem sido mais incisivo.

Ou entendemos que essa é uma tarefa de toda a sociedade e melhoramos a legislação, ou não vamos conseguir efetivamente mudar essa realidade.

Sou mãe de um casal: um jovem, que vai fazer 20 anos, e uma menina. *(Pausa. Palmas.)*

Desculpem-me. Ainda bem que temos a capacidade de nos emocionar.

Sinceramente, quero poder contribuir no meu primeiro mandato como Senadora, como a primeira mulher Senadora do Pará, um Estado, como disse o Ministro Vicente, com uma presença feminina muito forte: dois terços dos cargos na Justiça no Pará são ocupados por mulheres. Também quero, juntamente com milhares de mulheres no mundo e no Brasil, bem como ao lado de milhares de homens que não aceitam essa violência, ajudar a construir um mundo melhor para nossos filhos. Temos o compromisso de olhar para eles e dizer que fizemos algo para mudar a realidade, a fim de que possam viver num mundo melhor. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Obrigada, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTA (Iara Bernardi) – Peço à Senadora Fátima Cleide que assuma a Presidência dos trabalhos e à Senadora Heloísa Helena para tomar assento à Mesa.

Concedo a palavra à nobre Deputada Sandra Rosado.

A SRA. SANDRA ROSADO (PMDB-RN. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Deputada Iara Bernardi, que no momento preside a Mesa dos trabalhos, Senadora Serys, Senador Capiberibe, demais autoridades que compõem a Mesa, Sras. e Srs. Parlamentares, que o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher possa servir de reflexão para o respeito aos direitos da mulher.

Que esse dia possa chamar a atenção para a inaceitável situação que atinge mulheres de todas as cores, raças, etnias, idades e orientações sexuais. Mulheres filhas, mães, avós. Mulheres de níveis socioeconômicos desiguais, de diferentes posições políticas, ideológicas, crenças religiosas ou de nenhuma crença; analfabetas ou que tiveram acesso à escola, profissionais liberais, donas de casa. Mulheres anônimas. Todas as mulheres. Companheiras, sozinhas, grávidas. Mulheres mães, mulheres que lutam contra o preconceito da discriminação e da violência de gêneros. Enfim, mulheres que lutam na sua mais infinita

diversidade pela transformação do mundo em que vivemos.

Várias são as leis, embora reduzidas, em todo o mundo, que tentam defender os direitos da mulher, mas ainda insuficientes para banir a tão amarga violência.

Quem de nós não conhece pelo menos uma mulher vítima de algum tipo de violência moral ou física? A violência contra a mulher é uma realidade dura, cruel e, infelizmente, concreta.

Em suas múltiplas formas, a violência tem lugar certo no cotidiano, na família, nas empresas ou em instituições públicas. Impedir a mulher de trabalhar fora de casa, negar-lhe o direito ao convívio social, forçá-la a manter relações sexuais que não deseja, tudo isso nos leva a entender que a violência contra a mulher é uma expressão abrangente, incluindo formas de agressão à integridade psicológica e física.

Nas últimas décadas, por força das primeiras militantes feministas, a violência contra a mulher foi incluída na agenda política de determinados governos e em acordos internacionais, o que ainda precisa ser ampliado. O resultado é que caminhamos, mesmo que timidamente, para as discussões. E estamos aqui exatamente para discutir a violência contra as mulheres.

Em 1994, a Convenção de Belém do Pará definiu a violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, limitando total ou parcialmente à mulher o reconhecimento, gozo e exercício de tais direitos e liberdades. Violência contra a mulher ficou qualificada como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.

Infelizmente, em muitos casos, quando falamos em violência nos vem à mente o espaço da rua. Nossa primeira reação é encher nossas casas de grades e muros. Mas sabemos hoje que o espaço da rua ainda oferece menos risco do que o de dentro de nossas casas. O espaço doméstico tem-se constituído no cenário de maus-tratos.

Dados do Banco Mundial apontam que a cada 5 faltas ao trabalho por mulheres uma é em decorrência da violência doméstica. O impressionante, segundo a mesma pesquisa, é que o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo marido, namorado ou companheiro é 9 vezes maior do que o de ser agredida nas ruas.

Diante de tais fatos, temos de transformar o dia de hoje numa busca incessante pela igualdade de direitos, respeito à dignidade humana e à participação

da mulher nas mesmas condições que o homem na vida política, social, econômica e cultural do País.

A prioridade das nossas ações, principalmente como Parlamentares formuladores de leis, é lutar pela garantia dos direitos femininos de forma mais direta e eficaz, combatendo todo e qualquer tipo de preconceito, discriminação e violência contra as mulheres.

A propósito, nosso País ainda não é possuidor de uma larga e eficiente legislação que aborde as especificidades relativas à prevenção, punição e erradicação de todas as formas de violência, principalmente a doméstica. Há um certo vazio nas nossas leis, e as proposições existentes caminham tão lentamente que às vezes nos causam muita impaciência.

Precisamos alertar o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, as Câmaras Municipais e as Assembleias Legislativas no sentido de criarem leis que protejam as mulheres e combatam a violência. É urgente uma ação rumo à implementação de uma legislação forte e inovadora de gênero, que inclua as questões de raça, trabalho doméstico, construção de uma identidade, exercício do poder, igualdade de oportunidade e salário.

Sras. Senadoras e Deputadas, Srs. Senadores e Deputados, precisamos ter coragem de falar, reagir individualmente e coletivamente para estancarmos o crescimento do abuso contra as mulheres. Não podemos concordar que muitas continuem a ser espancadas no corpo e na alma. Aliás, é bom chamar a atenção para o fato de que as mulheres não são violentadas somente no seu corpo físico, mas psicologicamente, a mais terrível de todas as formas de violência, pois dilacera a alma, destrói a auto-estima, aniquila esperanças e sentimentos e oprime.

Políticas públicas são imprescindíveis. Porém, o mais importante é que consigamos estabelecer, junto aos nossos companheiros homens, aquela idéia de que não queremos ser mais do que os homens, mas queremos ser iguais e exigimos respeito para isso.

Indiscutivelmente, precisamos dar visibilidade a uma política de violência contra as mulheres, principalmente no dia-a-dia da vida doméstica e na relação conjugal.

Refletimos hoje e sempre: 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher. Refletimos nos tristes exemplos do passado, na perversidade dos momentos presentes, mas, acima de tudo, na perseverança daquelas que, como nós, discutimos, questionamos e enfrentamos para assim consolidarmos um futuro menos violento.

Conclamamos todos, mulheres e homens lúcidos que pensam feminino, para que, de mãos dadas e com consciências solidárias, possamos estabelecer como objetivo primeiro para o enfrentamento a esse grave problema a luta pelo respeito às mulheres.

Permitam-me, Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, ao homenagear todas as mulheres, destacar o sofrimento de duas mulheres da minha terra, o Rio Grande do Norte, vítimas da violência, símbolos da insensatez e da crueldade, martirizadas até a morte: uma menina e uma mulher, uma mulher e uma menina. Elizete Moura, uma inocente criança pobre do interior, de apenas 9 anos de idade, foi abusada, agredida e assassinada. É um caso sem solução no meu Estado, entre muitos outros. Roberta Cláudia, professora, mãe de Maria Clara, trazia no seu ventre mais uma vida, foi espancada, maltratada física e psicologicamente, jogada do 3º andar de um edifício, estraçalhou-se no chão rígido, morrendo ali suas esperanças e seus sonhos.

São elas, como milhares de outras mulheres, o retrato frio e cruel que hoje nos alarma e nos conclama a abraçar cada vez mais essa luta com a convicção de que temos que trabalhar, lutar contra a violência, o sofrimento, a dor e o aniquilamento das nossas esperanças.

Sejamos fortes, dispostas a cobrar respeito ao ser humano, homens e mulheres do Brasil, contra a violência, a qual presenciamos no nosso dia-a-dia, nas nossas histórias, na convivência com nosso povo.

Um abraço carinhoso a todas as mulheres do meu Brasil. (*Palmas.*)

Durante o discurso da Sra. Sandra Rosado, a Sra. Iara Bernardi, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Fátima Cleide.

A SRA. PRESIDENTA (Fátima Cleide) – Convido a Senadora Serys Slhessarenko a assumir a Presidência dos trabalhos.

A Sra. Fátima Cleide, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT-RO. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Ministra Jean Augustine, demais autoridades presentes, atrizes que nos honram com sua presença a esta solenidade. Quero saudar muito carinhosamente as representantes do movimento social,

nossas companheiras da luta diária da CFEMEA e da Agende, e mandar um abraço muito especial às mulheres que coordenam e fazem a luta das mulheres amazônidas, nas brenhas da floresta amazônica, do Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia – MAMA.

O mundo inteiro hoje celebra hoje o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher. A data já se consolidou como ocasião privilegiada em que se discutem e avaliam os principais avanços no combate à violência contra as mulheres. Infelizmente, a violência que deixa marcas roxas acontece muito no espaço privado, mas também no espaço público. Eleitas para representar homens e mulheres, temos que disputar cada milímetro de espaço.

Ainda que não haja muito a comemorar, é preciso ressaltar que avanços existem. E se os avanços existem deve-se à determinação dos movimentos sociais e, principalmente, dos movimentos feministas.

No Brasil e na maioria dos países podemos observar nítida evolução no respeito e na proteção às mulheres. A criação de centrais telefônicas e de delegacias específicas de atendimento à mulher e a realização de campanhas de esclarecimento e de conscientização são apenas algumas das inúmeras atitudes que vêm contribuindo para a diminuição dos episódios de violência de que as mulheres participam como vítimas. Ainda assim, as estatísticas nos mostram que resta muito a ser conquistado, especialmente no Brasil.

Antes de tudo, é importante esclarecer que a violência contra a mulher não se limita às agressões físicas, aos estupros, aos espancamentos. As sociedades humanas, em sua maioria, organizaram-se sobre bases patriarcais. Esse fato histórico gerou distorções que só muito recentemente começaram a ser corrigidas. Dados da Organização das Nações Unidas revelam que as mulheres representam 70% dos pobres do mundo, apesar de corresponderem a pouco mais de 50% da população. A cada 3 analfabetos do mundo, 2 são mulheres. E, embora um terço das famílias do mundo esteja sob responsabilidade de mulheres, elas detêm apenas 10% da renda global e menos de 1% das propriedades.

Paralelamente a essa violência simbólica, temos a violência explícita, física, visível. Os dados em relação a esse tipo de violência não são menos esclarecedores e revelam uma realidade subterrânea no seio de nossas famílias que precisamos, a todo custo, alterar

Os governos das principais democracias do mundo, conscientes da necessidade de alterar esse estado de coisas, desenvolveram e desenvolvem pro-

gramas e aprovaram leis voltadas para o combate à violência contra a mulher.

No Brasil, país em que a violência de gênero é um problema grave e histórico, temos registrado avanços significativos nos programas de auxílio à mulher agredida.

Menciono, por exemplo, a criação, pelo Presidente Lula, em seu primeiro dia de Governo, da Secretaria Especial das Políticas para as Mulheres ligada à Presidência da República e, conseqüentemente, o lançamento do Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência Contra a Mulher. Esse Programa pretende tornar-se o referencial nacional das políticas de combate à violência de gênero e visa, antes de tudo, supervisionar todo o processo de atendimento à mulher agredida, do desenvolvimento de medidas de prevenção ao atendimento às vítimas. Na prática, a Secretaria Especial pretende, com o programa em questão, criar uma instância que centralize as ações já existentes em áreas como saúde, educação, trabalho e infra-estrutura.

Recém-lançado, o Programa ainda engatinha, mas tenho plena convicção na determinação política da Secretaria em desenvolvê-lo.

Entre as ações previstas pelo programa a curto prazo, destaco a intenção de enviar ao Congresso Nacional ainda este ano projeto para aumentar a pena para quem cometa agressão contra a mulher.

Obviamente, o programa lançado pelo Governo Lula não é o primeiro nessa área. Dentre os muitos excelentes programas de que o Brasil já dispõe, desejo chamar a atenção para uma iniciativa que tem apresentado excelentes resultados: a criação dos abrigos para mulheres vítimas de violência.

As casas-abrigo já existem há 15 anos. Hoje, são mais de 70 unidades espalhadas pelas Capitais e pelo interior do Brasil. As casas-abrigo prestam assistência jurídica, médica e psicológica às mulheres e a seus filhos por um período de 3 meses, após o qual auxiliam as vítimas na busca de trabalho e moradia. Mesmo após deixarem as casas-abrigo, as mulheres continuam sendo acompanhadas de perto pela instituição.

Ao tratar das iniciativas do Executivo, não poderia deixar de mencionar o importante papel que o Poder Legislativo tem desempenhado na aprovação de leis de proteção à mulher.

Atualmente, no Congresso Nacional, tramitam vários projetos de lei que abordam o tema da violência contra a mulher. Questões como o afastamento temporário do cônjuge agressor da morada do casal, por determinação judicial, o incremento das penas por diver-

sos tipos de agressão e a criação de novas tipificações penais são tratadas em projetos em andamento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A Senadora Ana Júlia Carepa relatava há poucos instantes a aprovação do projeto de lei que estabelece a notificação compulsória, em todo o território nacional, da violência contra a mulher atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Como sabemos, um dos problemas mais sérios quando o tema é violência de gêneros são os baixos índices de notificação.

Muito me alegro por ter participado deste momento. Na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal pedi à Presidenta e à Senadora Ana Júlia Carepa que promovêssemos amplo movimento para que o projeto fosse aprovado em regime de urgência urgentíssima, de modo que o Presidente da República pudesse sancioná-lo no dia 25 de novembro.

É uma satisfação muito grande poder registrar medida que consideramos grande avanço e que visa também devolver um pouco de cidadania às mulheres vitimadas pela violência.

Por um série de motivos, que incluem vergonha e ameaças do agressor, as mulheres agredidas não procuram auxílio nem denunciam os abusos que sofreram. Essa nova legislação certamente amenizará as sérias conseqüências de nossos baixos índices de notificação.

Sra. Presidenta, Senhores e Senhoras, a escolha de 25 de novembro como o Dia Internacional da Não-Violência Contra a Mulher teve o intuito de reverenciar a memória das irmãs Mirabal, como já foi relatado, barbaramente assassinadas na República Dominicana em 1960. Nesta época eu ainda não havia nascido, uma vez que nasci em 1963, mas é de representa satisfação muito grande poder reverenciar a memória de mulheres que morreram lutando.

A memória das irmãs Mirabal, além de nos dar forças para continuar lutando contra todo e qualquer tipo de violência praticado contra a mulher, traz-nos à mente as mulheres do passado e do presente que foram vítimas de abuso e de agressão.

Quero lembrar Rosa Luxemburgo, Olga Benário, Margarida Alves, esta já da nossa época, e também uma criança chamada Vanessa, que morreu aos 7 anos de idade, na luta pela terra, no Município de Corumbiara, no meu Estado de Rondônia.

Expresso o desejo, finalmente, de que a cada ano possamos comemorar mais e denunciar menos. Que o dia 25 de novembro se torne, no futuro próximo, uma data de celebração do fim da violência contra a mulher, e não um dia amargo em que se apre-

sentam, anos após anos, números cada vez mais cruéis e absurdos.

Era o que tinha a dizer, Sra. Presidenta. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Desejo fazer um agradecimento muito especial, e com certeza em nome de todos os presentes, a Jean Augustine, Ministra de Estado do Multiculturalismo e Questão da Mulher do Canadá, que muito nos honra com sua presença e pela sua história de luta. S.Exa. pede escusas, porque, em razão de compromissos anteriormente assumidos e devido o avançado da hora, precisa se retirar.

Sua presença nesta sessão engrandece e enriquece este momento das mulheres brasileiras. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Com a palavra a Sra. Deputada Suely Campos.

A SRA. SUELY CAMPOS (PP-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, senhoras e senhores, convidadas e convidados, a Internet começa a dar sinais importantes sobre os vários tipos de violência que assolam nosso País. Foi ali, na Rede Mundial de Computadores, que li mensagem de uma jovem que narra seu martírio, sofrido em seu lar, vítima dos próprios pais.

Intitulado *Diário de uma Sobrevivente*, a jovem, de 17 anos, fala de suas lembranças nada agradáveis, através das mais importantes comemorações de cada mês. Momentos inesquecíveis vividos por tantas famílias, para ela foram de sofrimento, de temor, de rancor e de ódio.

Ela liga o mês de janeiro ao seu nascimento e diz:

“Nasci e logo percebi que o mundo não é da criança. Quem detém o poder, como sempre, aproveita-se do mais fraco”.

Janeiro é sinônimo de vida para essa jovem. Ela percebe que os poderosos podem transformar o mundo, mas só o fazem como forma de submeter os mais fracos à sua vontade.

Com certeza, no curto espaço de tempo em que estiver fazendo este pronunciamento, mais de uma mulher será vítima de violência no Brasil.

A jovem sobrevivente aprendeu em fevereiro, mês do carnaval, nas ruas e na mídia uma erotização da infância e da adolescência.

Anúncios em grandes painéis, nas emissoras de rádio e de televisão, nos jornais e nas revistas utilizam a erotização da adolescência para vender produtos. Quem não se lembra da adolescente assediada por

um senhor de idade em uma propaganda de um refrigerante?

Mas, em março, mês em que é comemorado o Dia Internacional da Mulher, a jovem só viu desigualdade em sua casa. Ela diz: *“Cheguei a pensar que a mulher era inferior ao homem, com meu pai todo tempo humilhando minha mãe e culpando-a por ter filhas mulheres”.*

A omissão da sociedade e o medo das mulheres são os maiores entraves para colocarmos um ponto final nesta história de violência contra as mulheres.

A grande arma que a mulher tem é a denúncia. De outra forma, ela construirá seu isolamento social e, no seu silêncio, ficará intimidada, acuada em casa, no trabalho e nos espaços sociais.

Sra. Presidenta, a violência causa mais danos e mortes às mulheres entre 15 e 44 anos do que câncer, acidentes de trabalho e até mesmo a guerra. Uma em cada 3 mulheres sofre algum tipo de violência, quase sempre por motivos banais.

Mas, voltando à mensagem que vem circulando na Internet, o “lar, doce lar” da jovem sobrevivente mostrou a sua face mais cruel e perversa em um mês de abril.

Ela procurou a mãe e disse que o pai “mexeu” com ela. Em abril está o Dia da Mentira, e a mãe não acreditou nela; ao contrário, prometeu-lhe uma boa surra se ela contasse o ocorrido para alguém.

A casa é o espaço da família e deveria ser o local de proteção. Deveria. As estatísticas comprovam que a mulher corre mais risco de ser agredida em sua própria casa do que na rua. Levantamento da Sociedade Mundial de Vitimologia, com sede na Holanda, feito com 138 mil mulheres de 54 países, revelou que 23% das brasileiras estão sujeitas à violência doméstica. Só no Rio de Janeiro fala-se em 5 mil ocorrências por mês, com média de 170 por dia.

A jovem sobrevivente, Sra. Presidenta, chega ao mês de maio, quando é comemorado o Dia das Mães.

Mães devem proteger os filhos, o que não é o caso dessa jovem. Aquela que deveria defender a filha só a ofendia, espancava-a e ainda silenciava diante do que o pai fazia, chegando ao despropósito de insinuar que a culpa era da jovem.

O que aconteceu com essa adolescente tem reflexos diretos em sua vida e seqüelas irreparáveis. O Banco Mundial estima que, nos países em desenvolvimento, a violência doméstica e a violação sexual representam 5% dos anos de vida saudável perdidos por mulheres em idade reprodutiva.

A violência doméstica não apenas compromete a auto-estima, mas põe em risco as futuras gerações, que irão reproduzir os padrões de relacionamento que viveram no próprio lar. O desafio da humanidade em diminuir a escalada de violência tem de começar em casa. Só vamos modificar a cultura de violência na sociedade se começarmos combatendo a violência doméstica.

Em junho, a jovem lembra dos abusos cometidos pelo pai e faz um relato que é muito mais um grito de desespero:

“Ele tentava me fazer acreditar que a dor que eu experimentava era fruto de ‘verdadeiro amor’. Se pudesse, gritaria todo o nojo que sentia”.

A violência sofrida por essa menina poderia ser interrompida no primeiro gesto do pai se a mãe o denunciasse. Abuso sexual, senhoras e senhores, é o segundo índice de maus-tratos contra crianças.

Em julho, Sra. Presidenta, a jovem sobrevivente foi passar as férias na casa de seus padrinhos. A sensação de segurança que sentiu acabou nos primeiros dias. A jovem diz:

“Não imaginei que meu padrinho fosse repetir o que meu pai fazia comigo. Senti medo, insegurança, passei a desconfiar de tudo e de todos”.

O alívio que a jovem sentiu ao sair de casa é comum entre as meninas violentadas. Muitas vezes, ao fugir da violência doméstica, as jovens acabam se prostituindo.

Foi em setembro, senhoras e senhores, na primavera das flores, que a jovem ouviu falar, pela primeira vez, em direitos da criança e do adolescente. Nasceu nela o sentimento natural da busca pela liberdade. Direitos que foram conquistados a partir de 1975, quando a mulher iniciou uma luta sem trégua para tornar a violência doméstica mais visível. Foram criados Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher e delegacias de defesa da mulher.

Espaços importantes que se aliaram aos vários acordos e tratados internacionais assinados, formalizando o compromisso do Estado com a defesa dos direitos da mulher. Ainda assim, estamos longe do objetivo de eliminarmos a violência doméstica.

Em agosto, a jovem sobrevivente ia para o silêncio de seu quarto, mas, ao invés de segurança, sentia medo, horror, pois sabia que o “monstro” iria pegá-la novamente.

Situação como esta talvez tenha relação com um estudo realizado pelo Centro Latino-Americano de Violência e Saúde (CLAVES), que mostra que, de 1979 a 1998, o suicídio na faixa etária de 15 a 24 anos aumentou 42,8% em 11 Capitais brasileiras.

Um dia a professora dessa jovem pediu que ela levasse uma foto de sua família e a resposta foi que ela trocaria milhares de fotos e de presentes por um simples gesto de respeito. Respeito, carinho, amor e atenção. Quatro pedidos simples de serem atendidos, que deveriam ser um sentimento natural.

Senhoras e senhores, a família está desestruturada e a rede de educação no Brasil ainda é precária. A educação é imprescindível, mas a família precisa ser atendida em suas necessidades básicas, para que seja um centro de radiação de valores éticos, de valorização da vida humana.

Aos jovens em conflito com a lei, que estão pelas ruas, faltaram esses valores. Estão abandonados, pois foram negligenciados, maltratados, expostos ao abuso de drogas, em situação de risco social.

A jovem sobrevivente da qual falamos viu chegar o Natal, a grande festa das famílias, e assim termina sua mensagem na Internet:

“Fui uma pequena mártir, que com o apoio de pessoas e de profissionais com responsabilidade e compromisso social, resgataram-me da escuridão, mostrando-me a luz: Nasci de novo!”.

Por isso, quero dizer para essa jovem sobrevivente, autora desse relato:

“Não, minha jovem. Você não apenas nasceu de novo, como deixou de ter uma segunda morte em vida, pois você não seguiu outros caminhos, por onde trilham milhares de jovens, vítimas como você.. Jovens que foram direto para a prostituição, ou engrossaram as estatísticas do vergonhoso tráfico de mulheres ou o submundo do crime”.

Sra. Presidenta, de acordo com a ONU, de 1 milhão a 4 milhões de pessoas são traficadas anualmente. Mulheres jovens e meninas estão entre as maiores vítimas. A atividade criminosa que utiliza coação, força e abuso, movimenta 12 bilhões de dólares por ano. Nós, da CPMI da Exploração Sexual, estamos atordoadas com esses números que envergonham nosso País e o mundo de modo geral. E o Brasil, senhoras e senhores é o terceiro maior fornecedor de mulheres para as quadrilhas internacionais que

dominam o mercado de exploração sexual, que, como já disseram, é o lado obscuro da globalização.

Mas o maior obstáculo ao fim da violência doméstica se resume a uma só palavra: impunidade. Levantamentos feitos no Brasil revelam que 70% dos processos instaurados são arquivados, quase sempre por intervenção da agredida. Em 21% dos casos, os acusados são absolvidos.

A proporção é vexatória: são 10 absolvidos para cada um condenado. Geralmente o agressor é condenado a pagar o crime com cestas básicas. É assim que estamos tratando a violência doméstica no Brasil.

Precisamos avançar muito e não podemos esperar mais. Neste Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher precisamos atingir a consciência de todas as pessoas de bem deste País.

Encerro aqui o meu pronunciamento, agradecendo a todos por este momento em que as mulheres ampliamos nossa voz e dizemos “não” à violência contra a mulher. (*Palmas*).

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Solicitamos aos próximos oradores que se restrinjam ao tempo de 3 minutos. Há várias inscrições prejudicadas.

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Janete Capiberibe.

A SRA. JANETE CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão da oradora.) – Exma. Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, Sr. Senador, atrizes da Rede Globo, cuja presença é muito importante numa sessão desta natureza, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, representantes de organizações não-governamentais de mulheres feministas, quero inicialmente parabenizar a Senadora Serys Slhessarenko e as demais companheiras que subscreveram o requerimento para a realização desta sessão, pela importância deste momento que dá visibilidade a um problema tão sério como o da violência contra a mulher. Hoje é o dia 25 de novembro, quando se comemora, divulga e discute o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

Eu sou amazônida. Há na Câmara dos Deputados outras e outros colegas amazônidas. Também no Senado Federal há um bom número de companheiras dessa região tão diferente do nosso País, que constituem um outro Brasil. O Brasil não conhece o Brasil. Aproveito a oportunidade para homenagear as mulheres amazônidas, não só as agricultoras, como também as extrativistas da castanha, da seringa, do pei-

xe, enfim, das resinas com as quais são feitos os produtos com os quais nos embelezamos – sabonetes, xampus, cremes – e que vêm da nossa região, Senadora Serys Slhessarenko.

Quero também homenagear uma mulher. Ela não violentou outras mulheres; pelo contrário, ela lhes deu carinho no momento do nascimento de seus bebês. Ela foi uma escrava trazida da África no período do Brasil-Colônia. Era uma parteira e lavadeira, e pegou com suas mãos a maioria das autoridades do meu Estado. Trata-se da Mãe Luzia, que faleceu aos 100 anos de idade.

Quero revelar uma realidade às companheiras e aos companheiros: existem cerca de 70.000 mulheres como Mãe Luzia, parteiras na Região Norte e Nordeste e Centro-Oeste do nosso País. Para elas não existem políticas públicas. É de nossa responsabilidade, principalmente nós, mulheres que fazemos leis, fazer aprovar um projeto, que já está na Comissão de Seguridade Social, que tem o objetivo de amparar essas mulheres que têm 3 jornadas de trabalho. São castanheiras, mães, donas-de-casa e parteiras; estas “pegam” os bebês porque os médicos e as enfermeiras não chegam até onde elas estão, que são os lugares mais distantes da região amazônica.

Quero também homenagear minha companheira, Francisca Trindade, uma mulher negra que tinha compromisso com as mulheres, com as minorias e com toda a sociedade. (*Palmas*.)

Gostaria de fazer um apelo a todos os colegas: que, na reforma política, quando ocorrer o que aconteceu com a companheira Francisca Trindade, seja estabelecido que outra mulher assuma o seu lugar, porque nós somos apenas 71 mulheres entre os 594 Parlamentares do Congresso Nacional.

É preciso que a reforma política crie mecanismos para podermos aumentar a bancada feminina. Cito o exemplo do Senador Capiberibe, um símbolo da fitinha branca, que foi Governador do Amapá durante 7 anos e criou o Projeto Mulher Cidadã, que se orientava pelo princípio da transversalidade.

Em todas as áreas, nós, mulheres, sentimos a transformação para melhor nas nossas vidas. Foram criados abrigos para as vítimas de violência, canais de comunicação estratégica – diariamente, durante 1 hora, no rádio, as mulheres da cidade e dos lugares mais longínquos podem ouvir o que está acontecendo nesta Casa. Isto é muito importante.

Por último, Sras. e Srs. Parlamentares, neste Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, quero registrar nos Anais do Congresso Naci-

onal que a implantação de políticas públicas de combate à violência doméstica e a qualquer outro tipo de violência contra a mulher passa pelo aumento do número de mulheres no poder – nas Câmaras Municipais, no Congresso Nacional, nas Prefeituras e até na Presidência da República. Quem milita, por exemplo, na sua comunidade eclesial de base, pode eleger um representante que não corresponda às expectativas das mulheres quanto a seus direitos. Os direitos à igualdade, já consignados em lei, não existem na prática. Daí a importância desta sessão solene.

Então, na próxima eleição para vereador no País, nos mais de 5 mil Municípios, nas Prefeituras, vamos à luta! vamos ocupar esses espaços porque sabemos onde o calo aperta!

Parabenizo todos os presentes, a Senadora Serys Slhessarenko e todas as companheiras que compõem a bancada feminina no Congresso Nacional. Muito obrigada, companheiras e companheiros. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT-RR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, senhores da sociedade organizada, senhoras atrizes da Globo, Vanessa Gerbelli e Vera Holtz – que participaram recentemente da novela que trouxe a público, de forma bem clara e contundente, a dificuldade por que passam as mulheres quando defendem seus direitos –, é com profunda satisfação que participo desta comemoração ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher. Esta data, que merece solenidade especial, nos conduz a refletir sobre um dos problemas que mais afligem as mulheres de nosso País: a violência, sobretudo a violência doméstica.

Infelizmente, ainda necessitamos de uma data especial para chamar atenção para este grande mal social. Por certo, se não houvesse mais violência contra a mulher, a presente data se tornaria desnecessária. Mas não é esta a realidade. O Brasil ainda ostenta vergonhosos números em matéria de violência contra a mulher, sobre os quais discorrerei um pouco para V.Exas. verem a gravidade da situação.

No Estado do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2001, as mulheres foram vítimas de 12.855 estupros. Houve 4.923 ocorrências de atentado violento ao pudor. Esses os casos que foram notificados à Polícia.

Em 2001, no mesmo Estado, o número de casos de estupro notificados à Polícia foi de 1.395; o número

de casos de atentado violento ao pudor, 1.761. É até onde temos estatísticas claras.

Cabe lembrar que a maioria desses crimes, muitos deles sexuais, não são denunciados – o que significa que os números citados aqui representam apenas parcela dos estupros e dos atentados violentos ao pudor cometidos em nosso País.

Esses dados bem ilustram o longo caminho que teremos que percorrer para atingirmos uma verdadeira harmonia nas relações de gênero.

Nós, os oradores que me antecederam e a maioria das pessoas, sempre nos referimos à violência doméstica, que real e estatisticamente é a causa maior da violência. Mas no nosso País também existe uma violência do Estado contra as mulheres.

Fui médico por 30 anos e trabalhei no Pronto Socorro até quando resolvi me meter na política, em 2002. Acompanhava constantemente a violência contra as mulheres. Quando eu era médico novo, pedia às mulheres que denunciassem a violência sofrida, e elas não o faziam. Até que um dia me chegou uma com a mandíbula fraturada por um soco do marido, que não o queria denunciar. Desse dia em diante passei eu mesmo a chamar a Polícia e a denunciar esses casos, exigindo o mesmo de todos os médicos da minha equipe.

Gostaria que as senhoras prestassem atenção a esse tipo de violência do Estado contra a mulher. Quem me chamou a atenção para isso foi a Profa. Misabel Derzi, da Universidade Federal de Minas Gerais. Refiro-me à violência contra a mulher que se dedica a criar os filhos, a cuidar da família, a mulher que cuida do lar. Se tudo correr bem durante seu casamento, se ela viver a vida toda com o esposo e morrerem os dois convivendo, não há problema algum. Os problemas aparecem se, depois de 25 anos, por exemplo, o homem resolve desfazer o lar. Nossa lei é bem clara ao prever que os bens adquiridos nesse período devem ser divididos entre as partes. Mas existe aí uma grave falha, que eu considero uma violência contra a mulher. Refiro-me aos direitos previdenciários. A Profa. Misabel, juntamente com a equipe do meu gabinete, está elaborando uma proposta de emenda constitucional para que esses direitos constitucionais adquiridos durante a convivência sejam também divididos, já que a mulher, quando está, por exemplo, com 45 anos e tem seu lar desfeito, vê-se sozinha, jogada no mundo para começar a trabalhar, começar a adquirir o direito à aposentadoria, a uma velhice segura. Só o marido, que geralmente é quem trabalha, é que pode contar tempo para aposentadoria, é quem, enfim, fica com todos os direitos previdenciários.

Estamos trabalhando contra isso. Simbolicamente, hoje eu começo a recolher assinaturas para apresentar essa proposta, a fim de que possamos al-

terar a lei e acabar com essa injustiça do Estado contra a mulher, principalmente a que se dedica à família, aos filhos.

Eventos como o que aqui se realiza ajudam a conscientizar a população e, na medida em que buscam fortalecer a posição da mulher, são merecedores de nosso aplauso.

Parabenizo todas as mulheres presentes e todas aquelas que lutam pelos seus direitos, com especial atenção àquelas que tiveram a coragem de denunciar a violência por elas sofrida.

Era o que tinha a dizer. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Slhessarenko) – Concedo a palavra à nobre Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidenta, Senadora Serys Slhessarenko, proponente da realização desta sessão solene do Congresso Nacional, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, estamos no marco de 25 de novembro, data que nos remete à reflexão e ao compromisso. E não apenas as mulheres que estão no Parlamento, ocupando espaços no poder, mas as mulheres que ocupam qualquer lugar na sociedade, em casa ou fora dela. Este é um momento de reflexão, enfim, para toda a sociedade; um momento de unidade para homens e mulheres que pensam em um mundo sem violência, com uma cultura de paz e de dignidade humana, de respeito aos direitos humanos, que deveria estar no nosso cotidiano desde os primeiros momentos da existência da vida, desde os primeiros passos de qualquer ser humano até a idade adulta, até a terceira idade.

Neste ano estamos reunidas em torno da Campanha 16 Dias de Ativismo Contra a Violência de Gênero, que acontece em Brasília e em todas as capitais, em todas as cidades do Brasil. O Parlamento brasileiro, Senadora Serys Slhessarenko, dá uma importante contribuição com a realização desta sessão, mas também as nossas Deputadas Estaduais e Vereadoras, nos parlamentos municipais, fazem pronunciamentos hoje em todos os lugares do Brasil para formarmos uma grande rede de proteção aos direitos da mulher. Uma rede que procura dizer que a violência não é natural, que ela permeia um cotidiano de relações perversas e que, para enfrentá-la, precisarmos ser mais fortes que a própria violência, o que significa dizer “não” à continuidade de uma realidade em que a cada 15 segundos uma mulher é agredida no País e que, barbaramente, em 70% dos casos, o agressor é alguém de dentro da casa da própria vítima.

Nessas circunstâncias, geralmente, quem sofre a violência sente vergonha e culpa. É como se, por algum mecanismo psíquico, a própria vítima produzisse uma idéia absurda, mas real, palpável, de que teria

ela feito algo, ou dito algo, que gerasse essa situação, esse ciclo perverso de violência.

Portanto, nós, mulheres, que temos uma tribuna, que temos um microfone, que temos um mandato a ser exercido em nome da honra de todas as mulheres brasileiras e de toda a sociedade brasileira, precisamos dizer às mulheres que estão hoje sujeitas à violência, ou que estarão amanhã, e às que sofreram ontem pancadas no corpo e na alma, que procuraram delegacias e não encontraram apoio, que procuraram políticas públicas e não as encontraram, precisamos dizer a essas nossas irmãs de todas as idades que não há culpa, que não deve haver vergonha, que deve haver honra em ser mulher, que deve haver dignidade em todos os atos e que deve, assim, ser reconhecido pela sociedade que buscar ajuda é importante e que ajudar essas irmãs, essas cidadãs é igualmente importante. Quem silencia diante da violência é cúmplice do agressor!

É por isso, Senadora Serys Slhessarenko, que aqui, no Congresso Nacional, muitas atitudes importantes são tomadas. Talvez pudéssemos falar de atitudes ruins, mas quanto a isso prefiro me calar neste instante. Prefiro dizer que nós, da bancada feminina, Deputada Iara, Deputada Sueli, Deputada Janete, Deputada Maria Helena, Senadoras, nós, mulheres deste Parlamento, juntamente com muitos homens de boa-fé e de boas atitudes, Parlamentares honrados desta Casa, estamos buscando uma resposta a todos os atos de violência; uma resposta que mude a cultura da violência, que acabe com a agressão à mulher; uma resposta honrada e digna, em nome da sociedade brasileira, para que possamos mudar uma lógica secular de dominação e compor uma outra história, uma história de liberdade, de respeito a direitos, uma história inaugurada em Viena, em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos, que reconhece os direitos das mulheres.

E cito carinhosamente o trabalho da Senadora Patrícia Saboya Gomes como Presidenta da CPMI, Comissão que integro como Relatora, para denunciar e buscar solução contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, para dizer que a violência de gênero começa na infância, quando a criança-menina não é desejada, quando a criança-menina é explorada sexualmente, quando a criança-menina é especialmente vítima, assim como são especialmente vítimas, do ponto de vista étnico, as mulheres negras e as mulheres indígenas; assim como são especialmente vítimas aquelas que são empobrecidas e que nunca se colocam no papel de vítimas.

Por mais que nós aqui, em um pronunciamento, reconheçamos essa condição particular de vulnerabilidade, essas pessoas nunca se colocam, em primeiro lugar, no papel de vítimas, mas sempre como mulheres negras, como mulheres indígenas, como mu-

Iheres do povo brasileiro, como lutadoras para mudar essa realidade.

E, amparadas nessa história de lutas, vivificando a trajetória de mulheres que honraram a luta pela libertação do povo brasileiro, das mulheres brasileiras que nos trouxeram a este Parlamento, amparadas nessas gerações é que encontramos o estímulo e o caminho para aqui estarmos. Por tudo isso é que dizemos nesses 16 dias: *“Tomara que por 16 meses, por 16 anos, 16 séculos, para sempre. ‘Não’ à violência de gênero! ‘Sim’ aos direitos humanos! ‘sim’ à vida! ‘sim’ à liberdade e à dignidade de sermos mulheres e homens em um novo mundo!”*

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shlessarenko) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Maria Helena.

A SRA. MARIA HELENA (PPS-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares aqui presentes, senhores convidados, senhoras e senhores, atrizes Vanessa e Vera, que nos honram com a sua presença. Já se vai distante o tempo em que a grande líder feminista Berta Lutz embarcou num monopiano e, pelos céus de Natal, no Rio Grande do Norte, espalhou panfletos defendendo a candidatura a Governador de quem se comprometia a lutar pelo direito de voto às mulheres. Distantes os dias também em que escolas de enfermagem se chamavam escolas de enfermeiras e as escolas normais somente aceitavam matrículas de meninas.

O direito do voto foi enfim conquistado com a aprovação Código Eleitoral em 1932 e utilizado, ano seguinte, para eleger a primeira mulher parlamentar do Brasil. Aquelas escolas com destinação feminina exclusiva já não existem mais. Mas aquilo, que parecia ser um privilégio, na verdade era uma forma pouco sutil de manter as mulheres numa espécie de gueto.

Mudaram-se os tempos, mudou, é claro, o Brasil. Mas é lamentável perceber que, nada obstante essas tantas mudanças, esses tantos avanços, a questão feminina no Brasil – e no mundo também, é certo – continua a ter interpretações e realizações que não são congruentes com a realidade.

O simples fato de estarmos reunidos em sessão solene para marcar a data, ou seja, O Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, já é mais que suficiente para mostrar que isso, cruel e dolorosamente, existe.

E já não nos vamos referir apenas à violência cotidiana, à agressão que, no mais das vezes, ocorre dentro mesmo de casa. País afora, os Governos Estaduais instalam Delegacias de Atendimento Especial à Mulher, forma que nos parece necessária para, pelo menos, coibir esses abusos, para que o agressor possa saber e sentir que seu crime tem punição.

É que, ademais dessa violência criminosa, existe outra, por vezes sutil, por vezes escancarada, que é

considerar a mulher como ser inferior e, por isso mesmo, incapaz de maiores salários, incapaz de ascender na hierarquia de uma empresa, um órgão público; é dar-lhe aquele “do lar”, que os cartórios, em cada escritura, acrescentam ao nome da mulher que não trabalha fora de casa, que não tem renda própria, mas que, por isso e para isso, exerce seu trabalho de mãe, de esposa, de dona-de-casa, em tarefas extenuantes, mas que não diminuem a sua condição social.

Somos no Brasil a maioria da população, mas essa maioria, nada obstante o processo democrático que evolui e se fortalece no País, ainda não tem aquela parcela de poder que possa comprovar esse número maior. Concedem cotas, exigem percentuais de representação mínima, e nos assombra que essa representação seja mínima enquanto nós somos a maioria. Estamos, é verdade, e é bom que se diga, nos conscientizando a cada dia da necessidade de reformular isso dentro da sociedade. Podemos fazê-lo, temos a nosso favor esse espírito de cidadania que se avoluma e se faz presente, exigindo direitos e, mais do que isso, apontando soluções.

Não temos inimigos físicos; nosso inimigo é um processo de formação cultural que ainda nos aflige e faz com que as mulheres ainda não assumam o lugar que lhes cabe por direito de conquista. Mas chegaremos lá como cidadãs conscientes e, por isso mesmo, livres.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shlessarenko) – Peço escusas a todos. Estou sendo chamada para acompanhar a Ministra em algumas atividades.

Convido a Deputada Janete Capiberibe para presidir a sessão.

Convido, ainda, os presentes para, tão logo termine a sessão, compareçam à galeria onde há uma exposição com a temática da violência contra a mulher. Há até o box da Delegacia da Mulher do Distrito Federal, que nos assusta pelos documentos e fotografias que vemos. São coisas absolutamente inacreditáveis! Por mais que se pense, imagine, faça discurso contra a violência, denuncie, ver as fotos, literalmente, do que acontece é um pavor!

A SRA. PRESIDENTA (Serys Shlessarenko) – Com a palavra a Deputada Dra. Clair.

A SRA. DRA. CLAIR (PT-PR. Sem revisão da oradora.) – Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, amigas, não poderia eu deixar de me pronunciar neste dia em que comemoramos o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

Quero dizer que no sábado, em Curitiba, ocupamos as ruas para denunciar a violência contra a mulher, já que no Paraná, na cidade de Curitiba, a violência contra as mulheres também se faz presente.

Neste momento quero denunciar à sociedade que mais de 2 milhões de mulheres são espancadas

anualmente em nosso País. Denuncio também a violência sexual. Muitas mulheres são molestadas, são estupradas, são vítimas de violência sexual. Quero denunciar a violência física. Muitas mulheres são espancadas, agredidas com pontapés, socos, enquanto outras tantas são vítimas de armas de fogo. Quero denunciar também a violência psicológica. Muitas mulheres são colocadas em patamar de inferioridade, são insultadas. Muitas mulheres, uma grande maioria de brasileiras, são violentadas pela discriminação econômica.

Quero salientar que, no último século, apesar de o PIB ter crescido 110 vezes, ainda temos um Brasil muito desigual, onde 50% dos mais pobres recebem apenas o equivalente a 1% dos mais ricos. E, com certeza, essa desigualdade é maior quanto às mulheres e aos negros e, portanto, ainda maior quanto às mulheres negras.

E aqui quero conclamar as mulheres a que nos engajemos na marcha mundial das mulheres pelo aumento do valor do salário mínimo. Queremos, no mandato do Presidente Lula, dobrar o salário mínimo. Certamente, dobrando o salário mínimo, estaremos beneficiando mais de 30 milhões de mulheres, principalmente as negras, as trabalhadoras domésticas e rurais.

Vamos, minhas amigas, cidadãs do País, lutar não só pela ampliação do mercado da mulher, mas também por políticas públicas, pelo aperfeiçoamento dos textos legais, de modo a garantir a integridade física e psicológica da mulher. Vamos lutar pela instalação e fortalecimento de conselhos estaduais e de delegacias da mulher. Vamos lutar para que a sociedade se torne consciente dos direitos da mulher, do direito de ela ter um espaço para morar e uma renda que lhe permita sobreviver com dignidade. Vamos lutar todos por uma sociedade mais justa, em que os homens e as mulheres tenham igualdade de condições.

Vamos lutar por um mundo mais justo, em que a mulher possa falar quando lhe disserem para ficar calada; em que a mulher possa sair às ruas, quando lhe disserem para ficar em casa. Vamos lutar para que a mulher possa usar as roupas que quiser. Este é o mundo que queremos: justo, sem discriminação racial ou de gênero.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

Durante o discurso da Sra. Dra. Clair, a Sra. Serys Slhessarenko, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Janete Capiberibe.

A SRA. PRESIDENTA (Janete Capiberibe) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (PSB-AP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parla-

mentares, senhoras e senhores convidados, minhas saudações.

Dirigindo-me mais aos homens, principalmente aos agressores, quero aqui dar o testemunho de minha própria vida, de minha coexistência com minha mulher há mais de 35 anos, com a qual compartilhei a criação de meus filhos.

Das tarefas, a mais educativa para o homem, de que me lembro e que mais me tocou, foi a de lavar fraldas – tivemos filhos gêmeos, e naquela época não havia fralda descartável. Eu tinha que acordar às 5h para lavar de 40 a 50 fraldas todos os dias e, depois, ir para o trabalho.

Compartilhar a convivência é fundamental para estabelecer uma vida de harmonia ou uma relação de gênero tranqüila, partilhar a educação dos filhos, enfim, dividir a vida pública mesmo em situações de dificuldade. Nós convivemos desde a prisão, que compartilhamos juntos na época da ditadura, e, depois, durante toda a militância política, incluindo aí a criação de 3 filhos, até o dia de hoje, um dia de luta e de combate à violência contra a mulher.

Mas só o equilíbrio nas relações pode fazer com que cheguemos a uma situação de mais harmonia na nossa sociedade. Para estabelecer esse equilíbrio é necessária a participação política da mulher. Não podemos perpetuar esta situação de desigualdade em que vivemos nesta Casa – e tenho repetido isto com alguma frequência. Dos 81 Senadores, apenas 10 são Senadoras, numa sociedade em que 50% são homens e 50% são mulheres. Na Câmara Federal, de 513 Deputados, existem apenas 45 Deputadas – menos de 10%.

Hoje contamos com a presença da Ministra da Mulher do Canadá. Confesso que tenho por essa sociedade uma grande admiração e uma pontinha de inveja, por seu equilíbrio e também pela construção democrática do ponto de vista político e étnico. No Canadá, por exemplo, dos 301 Deputados eleitos, 63 são mulheres, pouco mais de 20%. No Senado – onde os Parlamentares são escolhidos –, dos 105 Senadores, 36 são mulheres.

Só haverá fim da violência contra a mulher, seja no lar, seja na rua, na hora em que houver uma representação equilibrada entre homens e mulheres, repetindo o que disse a Deputada Janete, com a correlação de forças dentro das Câmaras Municipais, das Assembleias Estaduais, da Câmara Federal e do Senado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Janete Capiberibe) – O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos encaminhou discurso à Mesa para ser publicado nos termos do art. 203 do Regimento do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Exa. Será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO) – Sr. Presidente, Sras. E Srs. Senadores, neste dia em que estamos comemorando o Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, todos os cidadãos que defendem a democracia, a liberdade, a justiça e os direitos humanos têm a obrigação de se engajar efetivamente no combate contra esse tipo de crime, que vem aumentando assustadoramente em nosso País.

Lamentavelmente, todos os dias, milhares de mulheres em todo o Brasil, independentemente de classe social, de idade, de cor, de raça e de credo são humilhadas, ameaçadas, golpeadas, espancadas, sofrem abusos sexuais, são mutiladas, ou simplesmente assassinadas, quase sempre dentro de suas próprias casas, pelo próprio marido, pelo companheiro, pelo namorado, ou por algozes com quem mantiveram algum tipo de relacionamento amoroso.

Inegavelmente, a violência crescente contra a mulher virou um acontecimento corriqueiro na vida social brasileira. Ela chega a ser estarrecedora nos lares, aliás, local onde ocorre o maior número de atentados sexuais contra crianças indefesas, e onde as donas de casa são brutalmente surradas e cumprem todos os dias uma estafante jornada de trabalho. As que trabalham fora de casa para complementar a renda familiar ou para sustentar a família, como é hoje o caso de milhões de brasileiras, quando chegam em casa, tarde da noite, estafadas, têm ainda de cumprir a segunda jornada de trabalho, que termina pela madrugada.

Segundo dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para a América Latina, em nosso continente a violência contra as mulheres revela números que impressionam e que envergonham. Por exemplo, mais de 33% das mulheres entre 16 e 49 anos de idade sofrem algum tipo de abuso sexual. Além disso, mais da metade das mulheres sofrem agressões graves e são insultadas.

No Brasil, segundo levantamento feito há poucos meses pela Fundação Perseu Abramo, 43% das mulheres brasileiras afirmaram que já foram vítimas de algum tipo de violência, e uma em cada cinco se queixou de agressão praticada por seus parceiros.

No ano passado, só no Estado de São Paulo, foram registradas cerca de 60 mil queixas de lesões corporais, mais de 2 mil de maus-tratos, 37 mil ameaças diversas, cerca de 2 mil estupros e mais de 600 tentativas. Diante desse quadro aterrador de flagrante desrespeito aos direitos mais elementares das pessoas, os autores desses crimes zombam da Justiça, porque contam com a certeza da impunidade. Con-

vém destacar que, por causa dessas agressões físicas, menos de mil autores responderam pelos seus crimes e foram presos. Com esse resultado, devemos considerar que os criminosos não pensarão 2 vezes em aumentar a frequência de seus ataques e torná-los cada vez mais ferozes.

Os dados analisados nos indicam claramente que mais de 70% dos processos são arquivados ou ignorados, e apenas 1% ou 2% resultam em julgamento e condenação dos agressores.

Outro dado alarmante diz respeito à questão da prostituição de adolescentes. Mais de 80% dessas jovens infelizes, antes de se tornarem prostitutas, foram violentadas dentro de suas próprias casas, e os autores desses crimes hediondos foram os próprios pais, irmãos, tios, avós e conhecidos da família que frequentavam o ambiente do lar.

No que se refere às crianças, segundo levantamento feito pela Profa. Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, da Pontifícia Universidade de São Paulo, mais de 18 mil são espancadas por dia em nosso País.

Eminentes Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, a falência do nosso sistema Judiciário está levando o Brasil a apresentar ao mundo uma realidade bárbara, só comparada à que existe nos países mais atrasados da Ásia e da África, onde as mulheres não têm qualquer direito, são escravizadas, mutiladas, surradas implacavelmente e assassinadas pelos motivos mais fúteis. Enfim, a brutalidade que acontece hoje nos lares de milhões de brasileiros, vitimando mulheres indefesas, é fruto justamente da pouca importância que as autoridades dão a esse drama e a esse sofrimento feminino. Lamentavelmente, fica a impressão de que a Justiça e os magistrados fazem vista grossa para essa grave realidade, tomam atitudes brandas e tratam do assunto com total indiferença. É justamente nesse ponto onde a elite se trai e revela que ainda carrega em seu inconsciente os ingredientes negativos que marcaram fortemente nossa formação política, social e ideológica: o machismo, o racismo, a exclusão social, o paternalismo e o autoritarismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, apesar de toda a violência, de toda a carga de preconceito e de discriminação que sofrem no dia-a-dia, as mulheres brasileiras continuam travando uma luta corajosa para mudar sua condição em nossa sociedade.

Se fizermos um breve retrospecto dos resultados de algumas dessas lutas enfrentadas de maneira paciente e determinada, nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, no lar, enfim, em todos os espaços da vida social, constataremos que algumas vitórias

as importantes foram conquistadas. Basta dizer que, nesses 40 anos de resistência, as mulheres brasileiras conseguiram derrubar muitas barreiras consideradas antes como intransponíveis e hoje se impõem pela determinação e pela competência.

Muitos valores conservadores, que eram dominantes em nossa sociedade, não conseguiram resistir e foram obrigados a ceder brechas cada vez maiores para os novos ideais considerados progressistas e de vanguarda.

Mantendo sua linha de frente, as mulheres brasileiras não param de exigir novos espaços. Sua presença, como profissionais de elevada competência nos cenários até bem pouco dominados unicamente pelos homens, já não causa admiração.

Nos dias atuais, no que diz respeito às taxas de crescimento do emprego em nossa economia, relativas a homens e mulheres, a presença feminina é cada vez mais marcante. Todavia, no cômputo geral, os homens ainda predominam. Apesar de tudo, o avanço das mulheres no mercado de trabalho tem sido notável no Brasil.

Segundo estudo feito pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), as mulheres ocupavam apenas 18% do mercado de trabalho brasileiro no início dos anos 60. Hoje, essa participação é de 43%, de acordo com dados da Divisão de Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outro aspecto que merece atenção e que serve para ampliar ainda mais a nossa visão sobre as importantes mudanças verificadas, sobretudo nos últimos 25 anos, na composição do mercado de trabalho brasileiro diz respeito ao crescente desinteresse das

mulheres pelo casamento oficial e tradicional. De acordo com as estatísticas mais recentes, cresce significativamente, entre as mulheres, a preferência por uma relação informal com seus parceiros, ao mesmo tempo em que o trabalho passa a ser um objetivo cada vez mais importante. Segundo o IBGE, o percentual de mulheres entre 15 e 50 anos, que preferem viver uma relação informal com seus parceiros, passou de 6,6% em 1979, para quase 20% em 2000.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que a ascensão feminina no Brasil, em todas as instâncias da vida social, política, jurídica e econômica, prova definitivamente que, apesar da grande resistência às mudanças, as velhas estruturas de nossa sociedade estão sendo reformuladas. Grande parte desse trabalho de modernização deve ser creditado às mulheres que estão presentes nos espaços de decisão forçando essas transformações. Mesmo assim, as mulheres têm muito caminho a percorrer, para conseguirem eliminar o restante das barreiras e os preconceitos que ainda persistem.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Janete Capiberibe) – Ao encerrar a sessão, esta Presidência agradece às autoridades por nos honrarem com sua presença.

A SRA. PRESIDENTA (Janete Capiberibe) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Janete Capiberibe) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 45 minutos.)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização *

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-4-2003

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho-PMDB-AM

1º Vice-Presidente: Deputado Pauderney Avelino – PFL - AM

2º Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PFL - TO

3º Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB-SP

Relator da LDO: Deputado Paulo Bernardo

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2004: Dep. Jorge Bittar – PT-RJ

Relator do PPA 2004/2007 – Senador Roberto Saturnino – PT-RJ

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PT-PSB-PTB-PL)	
Serys Slhessarenko ⁽²⁹⁾	1. Ana Júlia Carepa
Roberto Saturnino	2. Eurípedes Camargo-DF ⁽⁵⁶⁾ (13)
Delcídio Amaral (2) ⁽¹³⁾	3. Eduardo Suplicy
Fernando Bezerra (25)	4. Sibá Machado
Magno Malta	5. Flávio Arns-PR ⁽⁵⁶⁾ ⁽²¹⁾
Geraldo Mesquita Júnior	6. Aelton Freitas ⁽²⁾
Duciomar Costa	7. Fátima Cleide-RO ⁽⁵⁶⁾ ⁽²⁹⁾ ⁽²⁵⁾
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. José Maranhão
Luiz Otávio	2. Valdir Raupp
Amir Lando ⁽⁴⁸⁾ (20)	3. Romero Jucá ⁽⁴⁸⁾ ⁽⁶⁾
Sérgio Cabral	4. Garibaldi Alves Filho ⁽²⁰⁾ ⁽¹²⁾
Hélio Costa	5. Leomar Quintanilha ⁽⁵⁹⁾

* Designação feita em 14-4-2003 (SF)

⁽²⁹⁾ Substituição da Sen. Heloisa Helena (T) pela Sen Serys Slhessarenko (T), deixando a mesma de ser suplente, em 5-8-2003 - Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁵⁶⁾ Indicação dos Sen. Eurípedes Camargo (S), Flávio Arns (S) e a Senadora Fátima Cleide (S), em 29-10-2003 – PT – SF.

⁽¹³⁾ Substituição do Sen. Papaléo Paes pelo Sen. Delcídio Amaral (T), em 22-5-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²¹⁾ Desligamento do Sen. Marcelo Crivella (S), em 10-7-2003 – Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽²⁾ Substituição do Sen Tião Viana pelo Sen Papaléo Paes(T) e indicação do Sen Aelton Freitas(s) em 23-4-2003-PT-SF.

⁽²⁵⁾ Remanejamento do Sen. Fernando Bezerra para titular e da Sen. Serys Slhessarenko para suplente, em 16-7-2003- Bloco (PT-PSB-PTB-PL) – SF.

⁽⁴⁸⁾ Remanejamento dos Sen. Romero Jucá e Amir Lando para suplência e titularidade, respectivamente, em 2-10-2003 – PMDB-SF.

⁽⁶⁾ Indicação do Sen. Amir Lando(S), feita em 5-5-2003. PMDB-SF.

⁽²⁰⁾ Remanejamento dos Sen. Garibaldi Alves Filho para suplente e Romero Jucá para titular, em 8-7-2003- PMDB-SF.

⁽¹²⁾ Indicação do Senador Romero Jucá(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-SF.

PFL	
Romeu Tuma ⁽⁵¹⁾	1. José Jorge
Jonas Pinheiro	2. vago (51)
João Ribeiro	3. Heráclito Fortes
Efraim Moraes	4. Roseana Sarney
César Borges	5. Paulo Octávio

⁽⁵⁹⁾ Indicação do Sem. Leomar Quintanilha (S), feita em 5-11-2003 – PMDB – SF.

⁽⁵¹⁾ Substituição do Sen Leomar Quintanilha (T) pelo Sen Romeu Tuma, que deixa a vaga de suplente, em 15-10-2003–PFL–SF.

(continuação da Composição da CMO)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PSDB	
Leonel Pavan ⁽³⁹⁾ (14) (30)	1. Antero Paes de Barros
Lúcia Vânia	2. vago(39)
Sérgio Guerra	3. Teotônio Vilela ⁽¹⁵⁾
PDT	
Almeida Lima ⁽³²⁾	1. Augusto Botelho
PPS^(*)	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes ⁽⁵⁸⁾

⁽³⁹⁾ Indicação do Sen. Leonel Pavan como titular, deixando a vaga de suplente, em 5-9-2003-PSDB-SF.

⁽¹⁴⁾ Substituição do Sen. Romero Jucá pelo Sen. Reginaldo Duarte(T), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³⁰⁾ O Senador Reginaldo Duarte foi desligado da Comissão em 6-8-2003 – PSDB – SF.

⁽¹⁵⁾ Indicação do Sen. Teotônio Vilela(S), em 23-5-2003-PSDB-SF.

⁽³²⁾ Substituição do Sen. Alvaro Dias pelo Sen. Almeida Lima(T), em 13-8-2003-PDT-SF.

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁸⁾ Substituição do Sen. João Batista Motta pela Sen. Patrícia Saboya Gomes(S), em 4-11-2003-PPS-SF.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Ary Vanazzi-RS	1. Eduardo Valverde-RO
Walter Pinheiro-BA ⁽⁶⁹⁾	2. José Pimentel-CE
Dr. Rosinha-PR	3. Leonardo Monteiro-MG
Gilmar Machado-MG	4. Arlindo Chinaglia-PT ⁽⁷⁾
João Grandão-MS	5. Paulo Rubem Santiago-PE
João Magno-MG	6. Devanir Ribeiro-SP ⁽⁷⁾
Jorge Bittar-RJ	7. Tarcisio Zimmermann-RS
Paulo Bernardo-PR	8. Telma de Souza-SP
Vignatti-SC	9. Maurício Rands-PE ⁽⁶⁹⁾
Virgílio Guimarães-MG	10. Zezéu Ribeiro-BA
Wasny de Roure-DF	11. Vander Loubet-MS ⁽⁷⁾
PFL	
Carlos Melles-MG	1. Carlos Nader-RJ
Cláudio Cajado-BA ⁽⁶³⁾ ⁽⁵⁷⁾	2. Cleuber Carneiro-MG
Eduardo Sciarra-PR	3. Gervásio Silva-SC
Gilberto Kassab-SP	4. Kátia Abreu-TO
José Rocha-BA	5. Laura Carneiro-RJ
Lael Varella-MG	6. Luiz Carreira-BA ⁽⁶⁴⁾ ⁽⁵⁷⁾
Júlio César--PI ⁽¹⁰⁾	7. Marcos Abraão-SP
Machado-SE	8. José Roberto Arruda-DF ⁽³⁵⁾
Osvaldo Coelho-PE	9. Fernando de Fabinho-BA ⁽⁴⁶⁾
Pauderney Avelino-AM	10. João Batista-SP ⁽²⁷⁾

⁽⁷⁾ Indicação do Dep. Vander Loubet(S) em vaga, substituição dos Deps. Nelson Pellegrino(S) e Professor Luizinho(S) pelos Deps. Arlindo Chinaglia e Devanir Ribeiro, feitas em 6-5-2003-PT-CD.

⁽⁶⁹⁾ Substituições do Dep. Carlito Mers (T) pelo Dep. Walter Pinheiro (T) e do Dep. Walter Pinheiro (S) pelo Dep. Maurício Rands (S), em 19-11-2003 – PT – CD.

⁽⁶³⁾ Substituição do Dep. Luiz Carreira pelo Dep. Cláudio Cajado(T), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽⁵⁷⁾ Substituição do Dep. Cláudio Cajado pelo Dep. Luiz Carreira, como titular, deixando o mesmo a vaga de suplente, em 4-11-2003-PFL-CD.

⁽⁶⁴⁾ Indicação do Dep. Luiz Carreira(S), em 7-11-2003-PFL-CD.

⁽¹⁰⁾ Substituição do Dep. Luciano Castro (T) pelo Dep. Júlio César (T), em 14-5-2003-PFL-CD.

⁽³⁵⁾ Substituição do Dep. Robson Tuma (S) pelo Dep. José Roberto Arruda (T), em 20-8-2003 – PFL-CD.

⁽⁴⁶⁾ Substituição do Dep. Rogério Teófilo pelo Dep. Fernando de Fabinho(S), em 26-9-2003-PFL-CD.

⁽²⁷⁾ Indicação do Dep. João Batista(S), em 17-7-2003-PFL-CD

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PMDB	
José Borba-PR	1. André Luiz-RJ
Pedro Chaves-GO ⁽¹⁷⁾	2. Rose de Freitas ⁽⁶⁵⁾
José Priante-PA	3. João Correia-AC
Mauro Lopes-MG	4. Jorge Alberto-SE
Olavo Calheiro-AL	5. José Divino-RJ ⁽⁵³⁾
Pedro Novais-MA	6. Paulo Afonso-SC ⁽¹⁾
Zé Gerardo-CE ⁽⁶⁰⁾ ⁽⁵²⁾	7. Silas Brasileiro-MG ⁽¹¹⁾
Tadeu Filippelli-DF ⁽⁶⁸⁾ ⁽³³⁾ ⁽²³⁾ ⁽¹⁾	8. Waldemir Moka-MS ⁽²⁴⁾
Marcelino Fraga ⁽²⁸⁾	9. Wilson Santiago-PB ⁽⁶⁰⁾ ⁽⁵²⁾ ⁽³⁷⁾
PSDB	
Anivaldo Vale-PA	1. Alberto Goldman-SP
Antonio Carlos Mendes Thame-SP	2. Eduardo Paes-RJ ⁽⁵⁰⁾
Bismarck Maia-CE ⁽⁴³⁾	3. João Almeida-BA
Eduardo Gomes-TO ⁽⁴⁹⁾ ⁽¹⁹⁾	4. João Castelo-MA
Helenildo Ribeiro-AL	5. Manoel Salviano-CE ⁽³¹⁾ ⁽⁴⁵⁾
Narcio Rodrigues-MG	6. Ronaldo Dimas-TO ⁽⁸⁾ ⁽⁹⁾
Professora Raquel Teixeira-GO	7. Paulo Kobayashi-SP
Rafael Guerra-MG	8. Antonio Cambraia-CE ⁽³⁴⁾ (19)
PPB	
Francisco Dornelles-RJ ⁽⁵⁵⁾	1. Herculano Anghinetti-MG ⁽⁵⁴⁾ (5)

⁽¹⁷⁾ Substituição do Dep. José Chaves pelo Dep. Pedro Chaves(T), em 29-5-2003-PMDB-CD.

⁽⁶⁵⁾ Indicação da Dep. Rose de Freitas(S), em 12-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵³⁾ Indicação do Dep. José Divino(S), em 23 10-2003-PMDB-CD.

⁽¹⁾ Indicações feitas em 22-4-2003-PMDB-CD.

⁽¹¹⁾ Indicação do Dep. Silas Brasileiro(S), feita em 21-5-2003 - PMDB-CD.

⁽⁶⁸⁾ Substituição do Dep. Darcísio Perondi pelo Dep. Tadeu Filippelli(T), em 13-11-2003-PMDB-CD.

⁽³³⁾ Indicação do Dep. Darcísio Perondi como titular, em 14-8-2003-PMDB-CD.

⁽²³⁾ Desligamento do Dep. Moreira Franco (T), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

⁽²⁴⁾ Indicação do Dep. Waldemir Moka (S), em 14-7-2003 - PMDB-CD.

⁽²⁸⁾ Indicação do Dep. Marcelino Fraga (T), em 31-7-2003 - PMDB-CD

⁽⁶⁰⁾ Remanejamento do Dep. Zé Gerardo para titular e do Dep. Wilson Santiago para suplente, em 6-11-2003-PMDB-CD.

⁽⁵²⁾ Remanejamento do Dep. Wilson Santiago para titular e do Dep. Zé Gerardo para suplente, em 22-10-2003-PMDB-CD.

⁽³⁷⁾ Indicação do Dep. Wilson Santiago(S), em 3-9-2003-PMDB-CD.

⁽⁵⁰⁾ Indicação do Dep. Eduardo Paes, em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽⁴³⁾ Substituição do Dep. Arnon Bezerra (T) pelo Dep. Bismarck Maia (T), em 18-9-2003-PSDB-CD.

⁽⁴⁹⁾ Substituição da Dep. Rose de Freitas pelo Dep. Eduardo Gomes(T), em 2-10-2003-PSDB-CD.

⁽¹⁹⁾ Substituição do Dep Dr. Heleno pela Dep. Rose de Freitas(T), deixando a mesma de ser suplente, em 10-6-2003-PSDB-CD.

⁽³¹⁾ Substituição do Dep. Jovair Arantes pelo Dep. Rommel Feijó (S), em 13-8-2003 - PSDB-CD.

⁽⁴⁵⁾ Substituição do Dep. Rommel Feijó pelo Dep. Manoel Salviano (S), em 24-9-2003 - PSDB-CD

⁽⁸⁾ Desligamento do Dep. Osmânio Pereira(S), feita em 7-5-2003 - PSDB-CD.

⁽⁹⁾ Indicação do Dep. Ronaldo Dimas(S), feita em 8-5-2003 - PSDB-CD.

⁽³⁴⁾ Indicação do Dep. Antonio Cambraia(S), em 20-8-2003 - PSDB-CD.

Márcio Reinaldo Moreira-MG	2. Dr. Benedito Dias-AP
Nelson Meurer-PR	3. Benedito de Lira-AL ⁽⁶²⁾
Ricardo Barros-PR	4. Mário Negromonte-BA
Roberto Balestra-GO	5. Dr. Heleno-RJ ⁽⁶¹⁾ ⁽³⁶⁾ ⁽⁵⁾

⁽⁵⁵⁾ Substituição do Dep. Herculano Anghinetti (T) pelo Dep. Francisco Dornelles, em 29-10-2003 – PP – CD

⁽⁵⁴⁾ Substituição do Dep. Francisco Dornelles (S) pelo Dep. Herculano Anghinetti, em 29-10-2003 – PP – CD.

⁽⁶²⁾ Substituição do Dep. João Pizzolatti pelo Dep. Benedito de Lira(S), em 7-11-2003-PP-CD.

⁽⁶¹⁾ Substituição do Dep. João Tota pelo Dep. Dr. Heleno(S), em 6-11-2003-PP-CD.

⁽³⁶⁾ Substituição do Dep. Eduardo Cunha pelo Dep. João Tota(S), em 27-8-2003-PP-CD.

⁽⁵⁾ Substituições dos Deps. Cleonânio Fonseca (S) e Narciso Mendes(S) pelos Deps. Francisco Dornelles e Eduardo Cunha, em 24-4-2003-PPB-CD.

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Eduardo Seabra-AP	1. Alex Canziani-PR
Elaine Costa-RJ	2. Homero Barreto-TO
Jovair Arantes-GO ⁽⁴⁷⁾	3. Josué Bengtson-PA
José Carlos Elias-ES	4. Neuton Lima-SP
José Chaves-PE ^{(22) (3) (4)}	5. Pedro Fernandes-MA
PL	
Humberto Michiles-AM	1. Almir Moura-RJ
João Leão-BA	2. Heleno Silva-SE
Milton Monti-SP	3. Sandro Mabel-GO
Wellington Roberto-PB	4. Welinton Fagundes-MT
PSB	
Dr. Evilásio-SP	1. Gonzaga Patriota ⁽¹⁶⁾
Alexandre Cardoso-RJ ⁽⁴⁰⁾	2. Beto Albuquerque-RS ⁽¹⁶⁾⁽⁴⁴⁾
Renato Casagrande-ES	3. (vago)
PPS	
Cezar Silvestri-PR	1. Agnaldo Muiz-RO
Geraldo Resende-MS	2. Colbert Martins-BA ⁽⁶⁷⁾
PDT	
Dr. Hélio-SP	1. André Zacharow-PR
Mário Heringer-MG	2. Manato-ES
PC do B	
Sérgio Miranda-MG	1. Leonardo Vilela-PPB-GO ⁽¹⁸⁾
Pastor Francisco Olímpio-PE ⁽³⁸⁾⁽⁴²⁾	2. Vanessa Grazziotin-AM ⁽⁴¹⁾
PRONA	
Amauri Robledo Gasques-SP ⁽²⁶⁾	1. Elimar Máximo Damasceno-SP ⁽⁶⁶⁾

⁽⁴⁷⁾ Substituição do Dep. Félix Mendonça pelo Dep. Jovair Arantes(T), em 2-10-2003-PTB-CD.

⁽²²⁾ Substituição do Dep. Benedito de Lira pelo Dep. José Chaves(T), em 11-7-2003 – PTB-CD.

⁽³⁾ Desligamento do Dep. Benedito de Lira feito em 23-4-2003 – PTB-CD.

⁽⁴⁾ Indicação feita em 24-4-2003-PTB-CD.

⁽⁴⁰⁾ Substituição do Dep. Gilberto Nascimento (T) pelo Dep. Alexandre Cardoso (T), em 5-9-2003 – PSB-CD.

⁽¹⁶⁾ Indicação dos Deps. Gonzaga Patriota e Jefferson A. Campos(S), em 26-5-2003-PSB-CD.

⁽⁴⁴⁾ Substituição do Dep. Jefferson Campos (T) pelo Dep. Beto Albuquerque (T), em 18-9-2003-PSB-CD.

⁽⁶⁷⁾ Substituição do Dep. Athos Avelino pelo Dep. Colbert Martins(S), em 13-11-2003-PPS-CD.

⁽¹⁸⁾ Indicação do Dep. Leonardo Vilela(S), em 5-6-2003-PcdB-CD.

⁽³⁸⁾ O Dep. Edson Ezequiel foi desligado da Comissão em 3-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴²⁾ Indicação do Dep. Pastor Francisco Olímpio(T), feita em 11-9-2003 – PC do B – CD.

⁽⁴¹⁾ Indicação da Dep. Vanessa Grazziotin(S), em 5-9-2003-PC do B-CD.

⁽²⁶⁾ Substituição do Dep. Elimar Máximo Damasceno pelo Dep. Amauri Robledo Gasques(T), em 16-07-2003– PRONA–CD

⁽⁶⁶⁾ Substituição do Dep. Ildeu Araújo (S) pelo Dep. Elimar Máximo Damasceno(S), 12-11-2003 – PRONA – CD.

PV	
Leonardo Mattos-MG	1. Edson Duarte-BA
PMN ^(*)	
Jackson Barreto-SE	1. Lúcia Braga-PB

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães - (Anexo II)

Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 - Tel: 318-6937 – 318-6938

^(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMPOSIÇÃO

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O Bloco de Apoio ao Governo foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala 1/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² - SP)

Atualizado em 07.11.2003

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta n° 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X -- Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 42 PÁGINAS